



Leque, de procedência
hauçá, com referências
a um dos 99 nomes de Alá
– *Ya Hafiz*, Ó Protetor.
Madeira, papel e tinta. 102 cm.



Sobre a rebelião de 1835 na Bahia

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Desde a publicação do belo livro de João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*,¹ e de sua tradução em inglês, com o texto bastante ampliado, *Slave Rebellion in Brazil: The Muslim Uprising of 1835 in Bahia*,² tornaram-se poucos os que continuam a acreditar que o chamado levante dos malês, em 1835, foi, como se deduziu de Nina Rodrigues, um *jihad* islâmico. Eu sou um desses poucos que não foram vencidos pelos argumentos de João José Reis e aqui digo por quê.

Para contar a história daquela rebelião – o que fez de modo convincente e apaixonante –, Reis revirou não só os documentos a que já tinham tido acesso os que antes dele trataram do assunto, como Nina Rodrigues,³ Etienne Ignace Brazil⁴ e Pierre Verger,⁵ mas muitos papéis mais, e os sopesou demoradamente, e os leu e releu com olhos habituados à Bahia do século XIX, e lhes interpretou as vozes e as intenções com a excepcional inteligência que tem da escravidão, do escravismo brasileiro e do negro baiano. As personagens de seu relato transitam pelas páginas de seu livro com tamanha naturalida-

Poeta e historiador, autor de *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* e de *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, recentemente publicado.

¹ São Paulo, Brasiliense, 1986. As minhas referências são à 2ª edição, de 1987.

² Trad. de Arthur Brakel, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

³ *Os Africanos no Brasil*, revisão e prefácio de Homero Pires, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1932.

⁴ “Os malês”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXXII (1909), pp. 69-126.

⁵ *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Babia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*, Paris, Mouton, 1968; *Trade Relations between the Bight of Benin and Babia, 17th - 19th Century*, Ibadã, Ibadan University Press, 1976; *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Babia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, São Paulo, Editora Corrupio, 1987.

⁶ *Rebelião escrava*, p. 136.

⁷ *Ibidem*, p. 151.

⁸ *Ibidem*.

de, que não estranharíamos se, a um levantar de pálpebras, as víssemos numa rua de Salvador. Ou se, ao espiar por uma fresta de porta ou de janela, topássemos um punhado de homens descalços proster-nados na direção de Meca.

Não me rendi à tese de Reis, porque tudo em seu livro me ende-reça à guerra santa. Procura os possíveis ideólogos, articuladores e chefes do levante, e encontra muçulmanos. Vai ver os mortos, feri-dos e presos, e dá com islamitas, vestidos de islamitas. Nos corpos e guardados dos revoltosos, os rosários são moslins, e os amuletos, os livros e os demais escritos estão em árabe. O próprio Reis me di-rige os passos. Ele escreve: na conspiração de 1807 e nas rebeliões anteriores (as de 1809, 1814, 1826, 1827 e 1828), “especialmen-te as tidas como hauçás”, “não há provas de que tenham sido” os islamitas os seus “autores exclusivos” ou sequer a sua “vanguarda privilegiada”. Para rematar: “Em 1835 foi diferente”.⁶ E explica: “Se quisermos definir resumidamente o movimento de 1835, po-demos dizer que a *conspiração* foi malê e o *levante* foi africano” (os grifos são de Reis).⁷

Ele é claro: não nega a hegemonia dos muçulmis no grupo rebel-de; nega – fico com suas palavras – a sua solidão, a sua exclusividade. Uma vanguarda muçulmana, responsável pela idealização e o início da revolta, mobilizaria amigos e simpatizantes, algumas horas pré-vias à eclosão do movimento ou no calor da própria luta; outros afri-canos, que nada tinham com Maomé, cafres cultuadores de orixás, nela se lançariam por moto próprio.⁸ Embora o núcleo da insurrei-ção fosse malê, os nagôs formavam o grosso dos revoltosos.⁹ A soli-dariedade étnica, bem como a condição de africano e de escravo, te-riam sido determinantes na mobilização dos que saíram armados às ruas. “A rebelião”, restituo a palavra a Reis, “baseava-se no princípio de que todo africano representava um aliado potencial”, uma “inter-pretação” que “se choca frontalmente com a opinião de quem viu (e

vê) nela nada mais que um *jihad*, a clássica guerra santa muçulmana contra infiéis de todas as cores e origens” e de quem “atribuiu aos rebeldes o plano de ‘massacrar...os africanos fetichistas’ junto com os brancos e crioulos.”¹⁰

Sucedem que o *jihad*, que os juristas muçulmanos, a partir de certas passagens do Alcorão,¹¹ apresentam como dever do crente, toma feitios distintos conforme o lugar, a época e as circunstâncias políticas, só vez por outra se encaixando no modelo ideal por eles figurado. No caso da guerra santa que o *Shehu* (ou Xeque) Usuman dan Fodio (Osmã den Fodio, Uthman dan Fodio, Uthman dan Fodiye, Usman ibn Fudi, Ousmane dan Fodio) desatou, no início do século XIX, na Hauçalândia, e à qual Nina Rodrigues vinculou as insurreições malês na Bahia, ela não excluiu a adesão de incréus, pois foi ao mesmo tempo, para muitos que dela participaram, uma revolução dos fulas, fulanis, pulos ou peuls contra o domínio hauçá – e como um movimento expansionista fulani a viram em Bornu.¹² Foi uma revolução liderada por fulas islamitas zelosos contra os reis hauçás, cujo islamismo aqueles tinham por falso, mas a ela se agregaram os fulanis que não eram muçulmanos. Se os fulas urbanizados eram quase todos islamitas, e em sua maioria muçulmanos devotos, grande parte dos fulas nômades, mais numerosos, continuava a praticar sua religião tradicional. Eram, portanto, cafres, mas nem por isso o *Shehu*, ao lançar-se à luta contra os *sarquis* hauçás, os hostilizou, combateu ou massacrou, antes os aceitou como aliados, se é que não procurou atraí-los para os seus exércitos. Suas tropas, portanto, contaram desde o início com participação não-muçulmana e – devolvo a palavra a João José Reis, pois o que ele escreve sobre o levante baiano de 1835 se aplicaria ao *jihad* de Usuman dan Fodio –, se nele o islame foi a linguagem e a ideologia predominantes, outros elementos também contribuíram para a mobilização de gente, entre eles a solidariedade étnica.¹³ Na Hauçalândia, a fula ou fulani. Na Bahia, a nagô ou iorubá. E não se pensaria em negar ao mo-

⁹ *Ibidem*, pp. 169-196.

¹⁰ *Ibidem*, p. 150.

¹¹ Sobretudo o versículo 29 da Sura IX. Na tradução de José Pedro Machado (*Alcorão*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980): “Matai os que não crêem em Deus, nem no Dia derradeiro, que não consideraram proibido o que Deus e o Seu profeta proibiram e aqueles de entre os homens do Livro que não professam a crença da verdade, até que paguem o tributo, todos sem exceção, e fiquem humilhados”. Ou, na minha tradução da tradução francesa constante do verbete “Jihad” do *Dictionnaire historique de l’Islam*, de Dominique e Janine Sourdel (Paris, Presses Universitaires de France, 1996): “Combatei os que não crêem em Deus nem no Último Dia, os que não declaram ilícito o que Deus e o seu Enviado declaram ilícito, os que não

praticam a religião da verdade, entre os detentores da Escritura, até que paguem a *jizya*, ou tributo, em compensação por esse privilégio e por causa de sua inferioridade.”

¹² M(urray). Last, “The Sokoto caliphate and Borno”, in UNESCO (org.), *General History of Africa*, J. F. Ade Ajayi (org.), VI (Londres, Heinemann / University of California Press / Unesco, 1989), p. 558.

¹³ Reis, *Rebelião escrava*, p. 150.

¹⁴ Sobre algumas dessas práticas, R. A. Adeleye, “Hausaland and Borno”, in J. F. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.), *History of West Africa*, 2, 3ª ed. (Londres, Longman, 1985), pp. 620-621. As razões expressas da guerra santa, no manifesto de Osmã dan Fodio, em A. D. H. Bivar, “The

vimento do *Shebu* a condição de guerra santa pelo fato de nele se incluir gente de fora da comunidade moslim.

Usuman dan Fodio combateu os pagãos, os idólatras, os incrédulos. Sua principal preocupação – e disto dá testemunho o seu grande tratado *Ihya al-sunna wa-ikbm ad-bid’a* (*Revivescência da ortodoxia e extinção da inovação*) – era, contudo, regenerar o islame, purgá-lo das práticas e superstições que a ele se haviam colado no *Bilad al-Sudan*, despi-lo da mistura com o politeísmo¹⁴ e seguir à risca a Suna, o “caminho” ou “usança do Profeta”. Não descurava do proselitismo entre os que desconheciam a verdade do islame, mas se tinha como o *mujaddid*, o restaurador da fé que aparece de século em século, a preparar a vinda do Madi e com ela o fim do tempo. O *Shebu* e seus seguidores acreditavam que ele seria o último *mujaddid*, o décimo primeiro califa, e, durante algum tempo, consideraram iminente o advento do Madi.¹⁵ Porque tinha como primeiro objetivo regenerar o islame, Usuman dan Fodio, desde antes de sua hégira em Gudu, identificara nos *sarquis* e na aristocracia hauçá os principais inimigos da fé, uma vez que se diziam moslins, mas não aplicavam em seus domínios a xariá, permitiam batuques e danças, não velavam as mulheres, fechavam os olhos ao politeísmo e aos costumes pagãos que tinham à sua roda, e até em seus palácios, e escravizavam muçulmanos.

Os pastores nômades fulas, que em grande parte não eram islamitas mas mantinham estreitos laços com os letrados urbanos, vinham também acumulando queixas e ressentimentos em relação aos senhores hauçás. O seu modo de ganhar a vida estava a sofrer crescentes constrangimentos: ao norte, os seus rebanhos esbarravam nos dos tuaregues; a oeste, nos cultivos de Bornu e na pastorícia dos árabes *shuwas*; ao sul, nas plantações e nas roças dos hauçás e, logo abaixo no mapa, na tsetsé. Obrigados, na transumância anual, a trazer seus rebanhos para pastar e comer o resto-lho das colheitas nas terras dos hauçás, a quem chamavam depre-

ciativamente *habes*, viam-se os fulas cada vez mais oprimidos por obrigações, sujeitos a vexames e onerados por tributos, entre os quais aquele contra o qual mais reagiam, o *jangali*, ou imposto sobre o gado. Repetiam-se entre os pastores fulas e os agricultores hauçás os conflitos pelo uso da terra, estes a reclamarem daqueles porque os rebanhos lhes pisoteavam as roças e sujavam os regatos, e aqueles a se ressentirem das cercas com as quais esses procuravam proteger os seus cultivos, as suas *gandaye*, fossem pequenas, trabalhadas pela família e dois ou três escravos, ou grandes, propriedades da nobreza e de mercadores ricos, muitos deles absenteístas, e que eram mantidas por numerosa escravaria. Quando o grupo de letrados e fulas urbanos de Usuman dan Fodio levantou-se em *jihad al-sayf* (ou *jihad* da espada) contra o *sarqui* de Gobir, os nômades – com exceções, é certo – a ele se juntaram, não só porque os viam como parte de seu povo, mas também porque tinham o mesmo inimigo: a aristocracia hauçá.¹⁶

Não só de gentios fulas se engrossaram os exércitos de Usuman dan Fodio. Somados, os fulas eram uma minoria em relação aos hauçás, e foram estes últimos os que compuseram a maior parte dos *mu-jabidun*, ou “jihadistas”. Para as tropas do *Shebu* acudiram, conquistados por sua eloqüência, seus argumentos e seu exemplo, não apenas tuaregues e hauçás que eram muçulmanos zelosos e pios, mas também numerosíssimos outros hauçás, sobretudo camponeses, com pouco mais do que uma tintura de islamismo ou até mesmo pagãos, cansados das exações e da prepotência da nobreza. De que assim foi deu testemunho o próprio filho e sucessor de Usuman dan Fodio, Muhammad Bello. Para Muhammad Bello, não se devia procurar ajuda militar entre os politeístas, mas, se estes se prontificavam a juntar-se aos crentes, era lícito aceitar o auxílio deles e lutar lado a lado com quem tinha o mesmo adversário. Após essa justificativa, o filho do *Shebu* recordou que os incrêus de Zamfara haviam ajudado

Wathiqat ahl al-Sudan: a manifest of the Fulani jihad”, *The Journal of African History*, II, 2 (1967); e Thomas Hodgkin, *Nigerian Perspectives: An Historical Anthology*, 2ª ed., Londres, Oxford University Press, 1975, pp. 247-249.

¹⁵ Mervyn Hiskett, *The Sword of Truth: The Life and Times of the Shehu Usuman dan Fodio*, Nova York, Oxford University Press, 1973, pp. 42, 121-125; Peter B. Clarke, *West Africa and Islam*, Londres, Edward Arnold, 1982, pp. 120 e 121; Mervyn Hiskett, *The Development of Islam in West Africa*, Londres, Longman, 1984, pp. 160-161; Mervyn Hiskett, “The nineteenth-century jihads in West Africa”, in J. D. Fage e Roland Oliver (org.), *The Cambridge History of Africa*, John E. Flint (org.), 5 (Cambridge, Cambridge University Press,

1976), pp. 133-134; A. Batran, "The nineteenth-century Islamic revolutions in West Africa", in UNESCO (org.), *General History of Africa*, VI, cit., p. 539.

¹⁶ R. A. Adeyeye, *Power and Diplomacy in Northern Nigeria, 1804-1906*, Londres, Longman, 1977 (1ª ed., 1971), pp. 19-21; Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 79-80; J. Spencer Trimmingham, *A History of Islam in West Africa*, Londres, Oxford University Press, 1975 (1ª ed., 1962), p. 200; Hiskett, "The nineteenth-century jihads", pp. 132 e 138; Elizabeth Isichei, *A History of Nigeria*, Londres, Longman, 1983, p. 205; Hiskett, *The Development of Islam*, pp. 104-105; Murray Last, "Reform in West Africa: the *jihad* movements in the nineteenth century", in J. F. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.), *History of West*

os *mujabidun* contra Gobir e os de Bauchi tinham também tomado parte no *jihad*.¹⁷

Acorreram igualmente para os exércitos dos que levavam a bandeira do *Shebu* escravos de mais distintas origens, que fugiam dos *birnis* e das plantações hauçás de Gobir, Zamfara e Kebbi, e que, ao se somarem aos *mujabidun*, passavam a ser homens livres, pois, se convertidos ao islame, não podiam ser propriedade de infiéis – e como infiéis eram vistos os hauçás que não aderiam ao *jihad*. Entre esses escravos, que formaram boa parte das tropas no início da guerra santa,¹⁸ tinham-se muitos por ilegais, porque, ao serem capturados, eram muçulmanos livres, e a xariá proíbe a escravização de islamitas que não sejam filhos de escravos. Não que os seguidores de Usuman dan Fodio se abstivessem de prear cativos. Ao contrário. Mas procuravam ser estritos em não escravizar moslins.¹⁹ Um exemplo: após derrotar as tropas de Abd al-Salam, um *malam* ou ulemá hauçá que, tendo sido dos primeiros seguidores de Usuman dan Fodio, se rebelara posteriormente contra o seu sucessor, este, Muhammad Bello, só fez cativos os soldados que não sabiam de cor a *Fatiha* (ou primeira sura ou exórdio do Alcorão) e os rituais das ablusões.²⁰ Uma das bandeiras do *Shebu* foi, aliás, a do combate à redução ilegal ao cativo de islamitas, praticado pelos *sarquis* hauçás.²¹ E seria a reação contra a captura e venda de seus partidários por soldados de Gobir o que abriria as hostilidades da guerra santa.²²

Assim como a rebelião de 1835 – e volto ao texto de João José Reis²³ – baseava-se no princípio de que todo africano, independentemente de sua religião, representava um aliado potencial, os fulas urbanos de Usuman dan Fodio reconheciam nos diferentes adversários dos dirigentes hauçás possíveis sequazes. Como os malês de Salvador – e de novo recorro às palavras de Reis –, os letrados e seus discípulos que acompanharam o *Shebu* na sua hégira sabiam que representavam uma minoria – uma minoria entre os fulas, e uma mi-

norria ainda mais nítida no conjunto dos habitantes da Hauçalandia. É bem verdade que, já em 1788 ou 89, o *Sbehu* contava com mil ulemás ao seu lado.²⁴ Era uma grande *jama'a*, ou comunidade de seguidores, mas não dava para, sozinha, tomar uma vila murada, quanto mais todo o Gobir. Os seus adeptos se fariam, porém, incontáveis, se lograssem convencer da justeza da luta armada os demais muçulmanos, independente de idioma ou nação, e não só os muçulmanos pios, mas também aqueles que consideravam necessitados de emenda, e despertar o fervor naquelas pessoas apenas tocadas pelo islame, e somar às suas hostes os que não pertenciam à *umma*, ou comunidade dos fiéis, porém eram adversários dos seus adversários e mais tarde poderiam ser alcançados pela fé.

Vitoriosos, os partidários de Usuman dan Fodio esforçaram-se por limpar de práticas pagãs o islamismo dos hauçás. Mas, em seus emirados, não forçaram os súditos hauçás que não eram muçulmanos, os *maguzawa*, a se converterem. Permitiram que ficassem com suas crenças tradicionais, a cultivar os seus campos, desde que pagassem um tributo especial, a *jizya*, como faziam, em outras terras islâmicas, os judeus, os cristãos e os zoroastrianos, uma vez que os juristas fulas encontraram argumentos para os incluir entre os povos protegidos, ou *dhimmi*.²⁵ Não deixaram, contudo, de fazer a guerra contra os outros pagãos que lhes eram limítrofes, para ampliar os territórios regidos pela xariá e, ao mesmo tempo, produzir os cativos sobre os quais se assentava a economia.²⁶

Intolerável para Usuman dan Fodio era que ímpios – e como tais tinha os *sarquis*, ainda que estes se afirmassem muçulmanos – governassem os crentes. O objetivo de sua guerra santa era colocar as coisas nos seus lugares próprios, conforme a Suna, expandir o governo de Deus e os territórios sobre os quais se aplicava a lei divina e alcançar a unificação da comunidade dos crentes no *Bilad al-Sudan*, sob um só califa.

Africa, 2, 2^a ed. (Londres, Longman, 1987), pp. 7-8, 20-21; R. A. Adeleye e C. C. Stewart, “The Sokoto Caliphate in the nineteenth-century”, in *History of West Africa*, vol. e ed. cit., pp. 96 e 97; Batran, “The nineteenth-century Islamic revolutions”, pp. 547-8.

¹⁷ Omar Bello, “The Political Thought of Muhammad Bello (1781-1837) as revealed in his Arabic writings, more specially Al-ghayt al-wabi fi sirat al-iman al-’adl”, tese de doutorado, SOAS (Universidade de Londres), 1983, p. 184, cit. por José Cairus, “Jihad, Captivity and Redemption: Slavery and Resistance in the Path of Allah, Central Sudan and Bahia”, apresentado no seminário Slavery and Religion in the Modern World, Essaouira (Marrocos), junho 2001.

¹⁸ Paul E. Lovejoy, “Problems of Slave Control in the Sokoto Caliphate”, in Paul E.

Lovejoy (org.), *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade* (Madison, African Studies Program, University of Wisconsin, 1986), p. 236.

¹⁹ Hiskett, "The nineteenth-century jihad", p. 138.

²⁰ Al hajj Said, cit. por Trimmingham, *Islam in West Africa*, pp. 47-48; e por Allan G. B. Fisher e Humphrey J. Fisher, *Slavery and Muslim Society in Africa: The Institution in Sabaran and Sudanic Africa and the Trans-Sabaran Trade*, Londres, C. Hurst & Co., 1970, p. 24.

²¹ Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 79-80; M. A. Al-Hajj, "The Meaning of the Sokoto Jihad" in Y. B. Usman (org.), *Studies in the History of the Sokoto Caliphate* (Nova York, Third Press International, 1979), pp. 3-19; Paul E. Lovejoy, "Slavery in the Sokoto Caliphate", in Paul E. Lovejoy

Talvez tenha sido esse último desiderato o que o levou a aceitar a extensão de seu *jihad* a um país islâmico como Bornu. O mais provável, contudo, é que ele tenha sido arrastado pela solidariedade étnica, quando os clãs fulas se levantaram em Hadejia e em Gujba contra o *maí*, ou rei de Bornu. Este não só era muçulmano com antepassados muçulmanos, mas usava o título de *emir al-mu'minin*, ou comandante dos fiéis, e, ainda que de modo imperfeito aos olhos de Usuman dan Fodio, aplicava a xariá em seus domínios. Não só não se justificava que contra ele se fizesse um *jihad*, como era vedado a um islâmico erguer-se em armas contra um outro. Quando, animados pelos êxitos militares de Usuman dan Fodio na Hauçalândia, os *ardos* (ou líderes de clãs fulas) que viviam em terras bornus se rebelaram contra o *maí*, o *Shehu* reconheceu-os como portadores de sua bandeira, embora isso lhe custasse, e a seu irmão, Abdullahi dan Fodio (ou Abdallah ibne Muhammad), e a seu filho, Muhammad Bello, contrangimentos e – porque não dizê-lo? – um disfarçado remorso, nascido da insegurança sobre a legitimidade da guerra. O líder religioso que conduziu a resistência bornu, o xeque Muhammad ibne Amin ibne Muhammad al-Kanemi, não cessou, em suas cartas a Usuman dan Fodio, de increpá-lo por apoiar agressores contra um estado e um soberano islâmicos, e tanto o *Shehu* quanto Bello se viram obrigados a lances de trapézio argumentativo para tentar justificar-se e não deixar a descoberto que o *jihad* não se destinava, no caso, a ampliar as fronteiras do *dar al-Islam*, mas, sim, a mascarar uma tentativa de tomada do poder em Bornu pelos fulas, ou melhor, a justificar o expansionismo do que iria transformar-se num império comandado por uma aristocracia fulani, o califado de Socotô.²⁷

No norte do Iorubo, o processo foi distinto – e o *jihad* que ali se travou, também. Já no século XVII, se não antes, existiam islâmicos no chamado império de Oiô.²⁸ Não só muitos escravos e alguns homens livres hauçás, bornus, baribas e nupes, mas também uma mino-

ria, olhada com desconfiança pelos demais, de oiós e de outras gentes que falavam o que depois seria denominado de iorubá. Essas comunidades eram servidas por ulemás itinerantes, famosos pelos grigris que faziam. E a elas também chegavam com frequência mercadores muçulmanos. Muitos dos que delas partiam também o eram, como indicaria o fato de o *parakoyi*, ou chefe da corporação local dos comerciantes a distância, quase sempre liderar a comunidade islâmica e comandar os contingentes moslins que integravam os exércitos do *alafim* ou rei de Oió.²⁹ Mercadores muçulmanos que atuavam como catequistas não deixaram, aliás, de descer o mapa e chegar até o litoral. Tanto assim que, antes do fim do século XVIII, os moslins já formavam um contingente importante do exército de Queto³⁰ e, em Onim ou Lagos, havia islamitas na corte do *ologun*, durante o primeiro reinado de Adele (1775-80).³¹

Desde a última década do século XVIII, o *bale*, ou chefe de Ilorin, Afonja, que era ao mesmo tempo o *are ona kakanfo*, ou generalíssimo dos exércitos provinciais de Oió, mantinha-se em desobediência armada contra sucessivos *alafins*, cuja legitimidade não reconhecia. Em 1817, ele, embora não fosse islamita, buscou a aliança dos muçulmanos. Primeiro, declarou livres os escravos que afluíssem para as suas tropas. De toda a vizinhança acorreram cativos, que em sua maioria eram hauçás. Depois, logrou obter o apoio de um influente pregador itinerante fula Al-Salih, mais conhecido como Alami, ou seja, “o Sábio”. Esse ulemá não só lhe trouxe o apoio de sua *jama'a* e dos pastores fulanis, mas também declarou o *jihad* contra Oió. Além dos fulas urbanizados e pastores, um grande número de muçulmanos de grupos a que chamaríamos iorubás acorreu a Ilorin. Ao menos no início, portanto, os *mujabidun* apoiaram as pretensões de um incréu e engrossaram os seus exércitos. Não tardou muito, porém, para que essa contradição se resolvesse com o conflito entre Afonja e Alami, do qual resultaria a morte daquele, e em seguida a instalação

(org.), *The Ideology of Slavery in Africa* (Beverly Hills, Sage Publications, 1981), pp. 210-214; e “The Muslim Factor in the Trans-Atlantic Slave Trade”, comunicação apresentada à Conferência sobre a África Ocidental e as Américas: Repercussões do Tráfico de Escravos, University of West Indies, Mona, Jamaica, 20-23 de fevereiro de 1997, p. II; Beverly B. Mack, “Women and Slavery in Nineteenth-Century Hausaland”, in Elizabeth Savage (org.), *The Human Commodity: Perspectives on the Trans-Saharan Slave Trade* (Londres, Frank Cass, 1992), pp. 89-90. Sobre os que podem e os que não podem ser escravizados, segundo Usuman dan Fodio, John Ralph Willis, “Jihad and the Ideology of Slavery”, in John Ralph Willis (org.), *Slaves & Slavery in Muslim Africa*

(Londres, Frank Cass, 1985, I), pp. 16-26.

²² Ver relato do irmão de Usuman dan Fodio, Abdullahi, conforme consta do livro do Shehu, *Tanbih al-ikbwan*, e é reproduzido em Alahji Shehu Shagari e Jean Boyd, *Uthman Dan Fodio: The Theory and Practice of His Leadership*, Lagos, Islamic Publications Bureau, 1978, pp. 8 e 9; e parcialmente em Trimmingham, *A History of Islam*, p. 198; Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 71-72; Isichei, *A History of Nigeria*, p. 204.

²³ *Rebelião escrava*, pp. 150-151.

²⁴ D. M(urray). Last, *The Sokoto Caliphate*, Londres, Longman, 1967, p. 7.

²⁵ J. Spencer Trimmingham, *Islam in West Africa*, Oxford, Clarendon Press, 1959, pp. 39 e 147; Hiskett, *The Sword of Truth*, p. 143.

²⁶ Hiskett, *The Sword of Truth*, p. 141.

de um governo fula e islâmico em Ilorin, que acabaria por se incorporar, como um novo emirado, ao califado de Socotô e se transformaria na ponta avançada do *jihad* no Iorubo.³²

Os sucessos de Ilorin foram, portanto, ao mesmo tempo, um movimento de secessão, um grande levante de escravos e uma guerra religiosa.³³ Mas deles não estiveram ausentes conotações étnicas. A sublevação de Afonja contra Oió dava-se num quadro iorubano. O grosso da escravaria que a ele se juntou em busca da liberdade era hauçá – e como uma insurreição de escravos hauçás o *alafim* descreveu, em 1826, os acontecimentos a Hugh Clapperton:³⁴ as cidades que este havia visto em ruínas pelo caminho “havia sido destruídas e queimadas por seus escravos rebeldes hauçás e seus amigos fulas”. Parte considerável desses escravos hauçás dizia-se muçulmana e correu para a *jama'a* de Alimi, controlada pelos fulas. Embora igualmente empolgados pela guerra santa, a maioria dos islamitas iorubanos congregou-se em torno de um outro ulemá, o também nagô Solagberu. Mal se acertaram as contas com os infiéis, e os dois grupos entraram em conflito armado, dele resultando a morte de Solagberu e a imposição dos fulas, como aristocracia mandante, sobre a gente de Ilorin. Não obstante, isso não diminuiu o fervor religioso dos moslins iorubanos nem o entusiasmo com que continuaram a militar na guerra santa.

Mais do que inquietaram as cidades-estados iorubanas o que se passara em Ilorin e o combate que os *mujahidun* continuaram a dar a Oió. Encheram-nas de medo. Em muitas delas, desataram-se perseguições aos muçulmanos, fossem homens livres ou escravos, por suspeitos de colaborarem secretamente com os islamitas. E muitos muçulmanos, inclusive iorubás, para escapar aos constrangimentos ou para incorporar-se ao *jihad*, tomaram o caminho de Ilorin.³⁵

Durante todo o período da guerra contra o *alafim*, das perseguições que dela decorreram e da consolidação e expansão do califado

de Socotô, foram capturados e vendidos como escravos às Américas não apenas muçulmanos do norte do Iorubo – oiós, equitis, iagbas, abinus e outros –, mas também, possivelmente, alguns poucos moslins ijebus, ijexás, egbas, ondos, egbados e quetos, que se contariam como exceções no meio dos que professavam a religião dos orixás. Antes de 1817, no entanto, os “jihadistas” escravizados por seus adversários seriam sobretudo, num primeiro momento, fulas e hauçás e, posteriormente, gurmas, canúris, canembus e tapas, quando a guerra santa se estendeu ao Gurma, a Bornu e ao país nupe. Se, como aventou Nina Rodrigues, os movimentos insurrecionais de escravos do início do século XIX na Bahia foram reflexos do que se passava nos sertões profundos do golfo do Benim, faz todo o sentido que a presença predominante na conspiração de 1807 e nas rebeliões de 1809, 1814 e 1816 tenha sido a hauçá.

O próprio Nina Rodrigues queixou-se, contudo, de que sobre essas primeiras revoltas as informações de que dispunha eram mais do que insuficientes.³⁶ Cerca de 80 anos mais tarde, o desvelo de João José Reis não encontrou matéria nova que ajudasse a esclarecê-las. A identificação de um chefe rebelde de 1814 como um possível malam – o *malomi* João³⁷ – não chega para caracterizar como islamita aquele levante, ainda que se possa sugerir a hipótese de que o quilombo de onde mandava ordens seria o lugar de sua hégira. Nada há tampouco que nos leve, porém, a descartar a hipótese de que alguma daquelas sublevações tenha tido liderança moslim, uma vez que quase todos os hauçás que chegaram ao Brasil logo após 1804 foram aprisionados durante a guerra santa e que, entre os primeiros a descer na Bahia, talvez predominassem, tendo-se em vista os revezes iniciais dos *mujabidun*, os que se haviam juntado a Usuman dan Fodio, neles se contando alguns ulemás. Veja-se esta pequena amostra, apenas como vinheta: dos oito escravos do Sudão Central entrevistados em Salvador, em 1819,³⁸ seis dos sete

²⁷ Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 109-110; Hiskett, “The nineteenth-century jihads”, pp. 142-143; Clarke, *West Africa and Islam*, pp. 116-117; Hiskett, *The Development of Islam in West Africa*, pp. 194-197. Excertos das cartas trocadas em Thomas Hodgkin, *Nigerian Perspectives*, pp. 261-267.

²⁸ Robert S. Smith, *Kingdoms of the Yoruba*, Londres, Methuen, 1969, p. 138; Robin Law, *The Oyo Empire c. 1600-c.1836: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade*, Oxford, Clarendon Press, 1977, pp. 75-76; T. G. O. Gbadamosi, *The Growth of Islam among the Yoruba, 1841-1908*, Londres: Longman, 1978, pp. 4-7; J. F. Ade Ajayi, “The aftermath of the fall of Old Oyo”, in J. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.) *History of West Africa*, 2, 2ª ed., pp.

188-189; Clarke, *West Africa and Islam*, p. 106.

²⁹ Law, *The Oyo Empire*, p. 75.

³⁰ E. G. Parrinder, *The Story of Ketu, an Ancient Yoruba Kingdom*, Ibadan, 1956, pp. 33-34 e 52-53.

³¹ J. B. O. Losi, *The History of Lagos*, Lagos, 1914, pp. 21-23.

³² Samuel Johnson, *The History of the Yorubas*, Lagos, C.S.Bookshops, 1976 (a 1ª ed. é de 1921, mas o livro foi concluído em 1897), pp. 193-194, 197-200 e 202-205; Smith, *Kingdoms of the Yoruba*, pp. 140-143; Law, *The Oyo Empire*, pp. 248-260; Gbadamosi, *The Growth of Islam*, pp. 8-11; Ajayi, "The aftermath of the fall of Old Oyo", pp. 186-190; Hiskett, *The Development of Islam*, p. 186.

³³ Como já ressaltou Isichei, *A History of Nigeria*, p. 215.

hauçás e o nupe disseram ter sido aprisionados durante o *jihad*, a exceção declarando-se *malam* ou ulemá.³⁹

A partir de 1817, entre os prisioneiros da guerra santa passariam a contar-se cada vez mais os chamados nagô, quer muçulmanos, quer pagãos. Depois que o *jihad* se estendeu ao Iorubo, seriam eles, e não mais os hauçás, que iriam dar força aos movimentos sediciosos de negros de 1826, 1828 e 1830, na Bahia. Quando menos, os que negam que algum desses levantes tenha sido a continuação ou o reflexo, no outro lado do oceano, da guerra santa desatada pela palavra de Usuman dan Fodio concordarão em que esta influenciava a composição da escravidão baiana, uma vez que era no *jihad* que se produzia boa parte dos cativos que foram levados do Sudão Central e do norte do Iorubo, muitas vezes a mudar de dono ao longo do percurso, até os caravançarais do Sael e os portos do Atlântico. Entre eles, contavam-se tanto os que tinham sido feitos prisioneiros pelos *mujabidun*, quanto *mujabidun* capturados por seus adversários.

Uns e outros atravessaram em ferros o Atlântico e se viram num mundo diferente, mas onde os que seguiam as lições e os exemplos de Usuman dan Fodio encontraram, agravadas, as mesmas iniquidades contra as quais haviam guerreado: a xariá não dirigia as ações humanas, uma vez que o governo estava nas mãos de infiéis, o que era de todo inaceitável e inconcebível; e tanto era assim que eles, muçulmanos, se achavam escravos de incréus, em cativo ilegítimo ou, quando libertos, submetidos a outras leis que não a de Deus. A ambição de desentortar o mundo e de ampliar o *dar al-Islam* não deve ter abandonado muitos deles – aqueles que não tiveram outras razões para acompanhar as bandeiras do *Shebu* que não as reclamadas pela fé.

Teólogo, jurista, poeta e místico, as obras de Usuman dan Fodio em árabe, fulfulde (o idioma dos fulas) e hauçá – e contam-se mais de cem – mostram, de um lado, um argumentador notável, que dominava os grandes textos do pensamento islâmico, e de outro, um

grande pregador capaz de convencer, comover e levantar pequenas e grandes audiências. Com frases como estas, de sua *Wird* ou *Litania*, com as quais descreveu suas primeiras experiências místicas:⁴⁰

Quando eu completei 36 anos de idade, Deus removeu o véu de meus olhos, e o embotamento de meus ouvidos e de meu olfato, e a insensibilidade de meu paladar, e a cãibra de minhas duas mãos, e a lentidão de meus dois pés, e o peso de meu corpo. E eu fui capaz de ver o que estava próximo como o que estava longe, e de ouvir o som distante como o som de perto, e de sentir o perfume daquele que adorou Deus, mais doce do que o mais doce; e o mau cheiro do pecador, mais fétido do que qualquer outro. E pude reconhecer o que era lícito comer pelo gosto, antes de o engolir; bem como o que não é permitido comer. E pude apanhar com as minhas duas mãos, sem sair do lugar, o que estava distante; e pude vencer com meus dois pés distâncias que um cavalo veloz não poderia cobrir no prazo de anos. Esta é uma mercê que Deus dá a quem Ele quer. E conheci o meu corpo inteiro, membro por membro, osso por osso, nervo por nervo, músculo por músculo, cabelo por cabelo, e o lugar de cada parte, assim como a função que tinha. Então eu vi escrito pela Pena do Poder, na minha quinta costela do lado direito: “Louvado seja Deus, o Senhor dos Mundos Criados”, dez vezes; e “Ó Deus, abençoa nosso Senhor Maomé e a família de Maomé, e conceda-lhes paz”, dez vezes; e “Peço perdão a Deus Glorioso”, dez vezes; e eu fiquei maravilhado com isso.

Os que o conheceram e lhe escreveram o elogio afirmam que quem o ouvia dificilmente se olvidava de suas palavras. Não seria de estranhar-se, portanto, que delas não se esquecessem alguns dos que lutaram a seu lado ou as ouviram daqueles que lhe sucederam no apostolado e que, prisioneiros de guerra de seus adversários, foram trazidos como escravos para o Brasil. A pregação de Usuman dan Fodio era altamente subversiva. Aspirava ele a criar uma sociedade ideal, um estado em que se corrigissem as injustiças e se impusesse a

³⁴ *Journal of a Second Expedition into the Interior of Africa, from the Bight of Benin to Soccatoo*, Londres, Frank Cass, 1966 (fac-símile da 1ª ed., de 1829), p. 39.

³⁵ Law, *The Oyo Empire*, p. 258; Gbadamosi, *The Growth of Islam*, pp. 11-12.

³⁶ *Os africanos no Brasil*, p. 67.

³⁷ João José Reis e P. F. de Moraes Farias, “Islam and Slave Resistance in Bahia, Brazil”, *Islam and Sociétés au Sud du Sahara*, 3 (1989), pp. 45-46; e Reis, *Slave Rebellion*, p. 47.

³⁸ Menezes de Drummond, “Lettres sur l’Afrique ancienne et moderne”, *Journal des Voyages*, 32 (1826), pp. 205-216.

³⁹ Ver, a respeito, Paul E. Lovejoy, “Background to Rebellion: The Origins of Muslim Slaves in Bahia”, *Slavery & Abolition*, 15, 2 (1994), pp. 164-167 e 176-180.

xariá, a lei de Deus. O seu movimento, se era religioso, era também político, inevitavelmente político, aliás, porque o islame é uma totalidade – é uma religião, uma ideologia política, um sistema jurídico, um código de comportamento – e engloba todos os aspectos da vida daqueles que formam a comunidade universal dos crentes.

É difícil conceber-se que a maioria desses que tinham combatido no *jihad*, deixasse, ainda que escravos na Bahia, de continuar a ter-se como parte da *umma*. O haver sido reduzido ao cativo era, para os mais pios, uma provação com um sentido só conhecido por Deus. O navio negreiro não apagava neles a fé, com a força de sua certeza, nem a memória do entusiasmo das lutas de que tinham participado para expandir o *dar al-Islam*. É possível e até provável que no mesmo porão em que um deles havia transposto o oceano viessem alguns companheiros de combate, e não seria de espantar-se que um, dois ou mais camaradas do mesmo contingente. Ainda no navio ou já em terra, ele talvez tenha procurado converter um malungo sem qualquer contato anterior com o islamismo ou que se mostrara hostil ou indiferente à pregação de Usuman dan Fodio. Se não o fez, não deixará, mais tarde, de exercer o proselitismo, embora talvez discreto ou às escondidas, entre os seus companheiros de servidão. E é de imaginar-se que boa parte desse esforço de conversão se tenha dirigido aos que deles tinham sido adversários na África, durante o *jihad*. Alguns destes últimos, quem sabe se para sacudir da vida a humilhação, voltaram-se no Brasil para o islame militante.⁴¹ E talvez de seus números tenham saído alguns dos mais devotos e intransigentes muçulmanos de Salvador. Convertidos na Bahia deviam ser vários dos revoltosos de 1835.⁴²

Às escâncaras e de maneira enérgica devia exercer a catequese aquele velho ulemá fula, Mohammad Abdullah, que tentou converter ao islamismo Francis de Castelnau, um pouco antes de 1850. Em sua conversa com Castelnau, Mohammad insistiu em que a fé islâ-

⁴⁰ Traduzo da tradução inglesa de Mervyn Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 64-65.

⁴¹ Como sugere Paul E. Lovejoy, “*Jihad* e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos na Bahia”, *Topoi*, I (2000), p. 12.

⁴² Reis e Farias, “Islam and Slave Resistance”, p. 53.

mica era a única coisa do mundo que devia merecer o cuidado dos homens. Os seus 30 anos de escravidão no Brasil não lhe acalmaram o fervor religioso e via-se cercado pela veneração de muitos hauçás,⁴³ por causa da intensidade de sua fé e de seu conhecimento do Alcorão. É provável que fosse capaz, como sucedia com tantos outros muçulmanos nas Américas, de recitá-lo inteiro de cor e de passá-lo de cor para o papel.

De um outro ulemá ou alufá, o liberto iorubá Abuncare, sabemos por notícias de jornal da época,⁴⁴ que possuía um exemplar do Alcorão e era um pregador eloqüente, que reagia com violência quando alguém contestava as suas crenças. Foi preso no Recife, com um grupo de africanos, que, segundo a polícia, estariam formando “uma nova seita religiosa”. Talvez seja uma ousadia imaginar que eles integrassem uma pequena loja de uma *tariqa* ou confraria sufista – a Quadirija, a que pertencia Usuman dan Fodio, por exemplo –, mas certamente já compunham uma diminuta *jama'a*.

Teria a Quadirija atravessado o Atlântico, com os *mujabidun* escravizados? Os que interrogaram os rebeldes na Bahia sequer tinham idéia de que existissem o Sufismo e irmandades islamitas. No entanto, há indícios da presença sufista nos amuletos confiscados pela polícia. Num deles, Vincent Monteil⁴⁵ identificou um verso de um famoso poema de Al-Busiri, *Burda* (do nome do manto do Profeta), escrito no final do século XIII e recitado freqüentemente nos círculos sufistas, que também o usavam nos grigris. Do que podemos estar seguros – e João José Reis nos mostra magistralmente como o islamismo e a sua pregação se expandiram no Recôncavo – é de que havia proselitismo moslim e até o ensino da leitura e da escrita em árabe entre os negros baianos, naquele início de século, quando os navios negreiros traziam periodicamente de Lagos, Badagry e Porto Novo levas frescas de escravos produzidos pelo *jihad*, pelos conflitos dela decorrentes e pelas chamadas guerras civis iorubanas. Com os

⁴³ *Renseignements sur l'Afrique centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouverait, d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia*, Paris, P. Bertrand, 1851, pp. 46-48.

⁴⁴ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 21 e 28 de outubro de 1853.

⁴⁵ “Analyse de 25 documents arabes des Malês de Bahia (1835)”, *Bulletin de l'Institut Fondamentale d'Afrique Noire*, B, 29, 1-2 (1967), pp. 90-91.

desembarcados chegavam também notícias sobre o desenrolar das lutas na Hauçalândia, no Bornu, no Borgu, no país nupe e no norte do Iorubo, e essas novas dos avanços da guerra santa deviam correr rápido por Salvador, de rua em rua, de canto em canto de trabalho, de casa em casa onde houvesse muçulmanos, e enchê-los de júbilo e de esperanças. Os devotos de coração exaltado não olvidavam que o *jihad* é uma obrigação do crente, uma obrigação mais de uma vez reafirmada por Usuman dan Fodio.⁴⁶ Seria humilhá-los ainda mais do que foram humilhados em vida não imaginar que sonhassem em continuar, neste lado do Atlântico, a luta que para eles tinha sido interrompida com a derrota e a captura.

Mas nem todos os islamitas que viviam em Salvador se envolveram na rebelião. Em 1916, Manuel Querino, em *A raça africana e seus costumes na Babia*,⁴⁷ ao dar o testemunho da maneira de viver e dos ritos dos malês, chegou a negar que os malês tivessem participado da revolta de 1835, porque não encontrou na lista dos processados um único mandê, malinquê ou mandinga – e, para ele, malinquê era sinônimo de malê. As razões pelas quais os mandingas, que deviam ser uma pequena minoria entre os moslins de Salvador, não se juntaram aos insurretos podem talvez – penso eu – ser encontradas do outro lado do Atlântico. Enquanto, na África, prevalecia, entre os muçulmanos fulas, hauçás, bornus, nupes e iorubás, um islamismo militante, enraizado na pregação do ulemá magrebino Muhammad ibne Abd al-Karim al-Maghili e reforçada pelo xeque tuaregue Jibril ibne Umar e pelo próprio Usuman dan Fodio, entre os soninquê e mandingas gozava de enorme prestígio uma tradição dita quietista, que tinha origem no pensamento do egípcio Jalal al-Din al-Suyuti, para quem era mais meritório manter a paz do que fazer a guerra, e do *al-hajj* Salim Suwari, de Dia, em Macina, segundo o qual o islamita que vivia entre infiéis tinha de ser o mais estrito possível no cumprimento de suas obrigações religiosas, mas devia afastar-se da política

⁴⁶ Ver, por exemplo, as instruções do *Shehu* ao novo emir de Bauchi, em Last, “Reform in West Africa”, p. 35.

⁴⁷ Em *Costumes africanos no Brasil*, 2ª ed., prefácio, notas e organização de Raúl Lody, Recife, Editora Massangana, 1988, pp. 66 a 73.

e dos conflitos armados. Não lhe cabia, ademais, empenhar-se em proselitismo, exceto pelo exemplo, uma vez que todos os homens acabariam inevitavelmente por converter-se, cada qual na época em que Deus assim determinasse. O *al hajj* Suwari recomendava a coexistência com os infiéis e, conseqüentemente, rejeitava o *jihad*.⁴⁸

Como já acentuou Paul E. Lovejoy, tanto os defensores da guerra santa quanto os da coexistência estavam presentes em vários pontos das Américas, e o predomínio de um grupo ou de outro explicaria os comportamentos distintos que tiveram os muçulmanos da Bahia, majoritariamente do Iorubo e do Sudão Central, e os do sul dos Estados Unidos, vindos sobretudo da Senegâmbia e do interior da Costa do Ouro.⁴⁹ No caso de Salvador, os mandingas ter-se-iam mantido fora das rebeliões pelos mesmos motivos que os fizeram afastar-se dos *jihads* na África. Deviam vê-las, na Bahia, como levantes de hauçás e iorubás, que pouco ou nada tinham com eles. As distinções étnicas ajustar-se-iam, no caso, a diferenças de doutrinas interpretativas sobre os deveres dos crentes que viviam no *dar al-harb*, ou terra dos infiéis.

No que era, para os moslins, a terra dos infiéis e, para todos os africanos, a terra dos brancos, gestaram-se novas identidades: angolas, jejes, nagôs, por exemplo. No caso dos nagôs, que só um pouco mais tarde começariam a se reconhecer no continente africano sob o nome comum de iorubás, o compartilhar, apesar das diferenças dialetais, de um mesmo idioma e de modos de viver e valores mais do que semelhantes, aproximou, no exílio forçado, oiós, egbas, equitis, ijexás, ondos e outros grupos que estavam na África, muitos deles, naquele momento, a guerrear entre si. Formou-se uma solidariedade nagô. Por outro lado, como mostra com acuidade João José Reis, além da oposição entre brancos, mulatos e negros, o escravismo baiano abriu fossos não só entre negros livres, libertos e escravos, mas também entre os escravos africanos e os crioulos, ou seja, entre os escravizados e os que haviam nascido no cativeiro.

⁴⁸ Lamin Sanneh, "The Origins of Clericalism in West African Islam", *The Journal of African History*, XVII, I (1976), pp. 57 e 63; Ivor Wilks, "Consul Dupuis and Wangara: A Window on Islam in Early-Nineteenth-Century Asante", *Sudanic Africa*, 6 (1995), p. 61.
⁴⁹ "Cerner les identités au sein de la Diaspora africaine: L'Islam et l'esclavage aux Amériques", trad. de Raphaëlle Masseaut, *Cahiers des Annaux de la Memoire*, I (1999), pp. 272-4.

Dentre aqueles, não faltavam os que tinham sido reduzidos à servidão de modo ilegal, porque eram muçulmanos. Um escravo não podia ser um ulemá,⁵⁰ mas um ulemá podia tornar-se um escravo, se aprisionado por um ímpio. Escravizado, não deixava de ser um ulemá. Nesse caso estavam os malans cujos retratos nos deixou com pincel fino João José Reis. Reis os mostra como articuladores e líderes da revolta, como os atores centrais da insurreição. E sai à procura, para identificá-lo, do imame ou lemano que talvez fosse o líder do levante. E aponta como motivos imediatos da deflagração do movimento armado a prisão de um deles e a demolição da casinhota onde se reuniam, para as preces da sexta-feira, na propriedade de um inglês. Essa casinhota era, em dúvida, uma machacali, uma mesquita, pois uma casa de oração pode ser um simples pedaço de terra para isso delimitado por algumas estacas. Será por ter sido ela destruída que eles celebrarão num cômodo de aluguel o Lailat al-Qadr, a “Noite da Glória”, a “Noite do Poder”, a “Noite do Destino”, nos derradeiros dias daquele Ramadã de 1835. E seria nesse quarto que, seguros de que Deus estava com eles, aguardariam a aurora, para sair à rua, vestidos de túnicas brancas e de filá na cabeça, com os grigris a lhes protegerem o corpo e a alma, a fim de endireitar o mundo.

E aí eu esperava que João José Reis chegasse à conclusão para a qual nos vinha endereçando: aquela fora uma revolta muçulmana, uma guerra justa islâmica, uma guerra santa moslim, um *jihad*. Na edição brasileira de seu livro, ele concede: “a rebelião certamente teve uma dimensão religiosa, e para muitos foi até uma guerra santa, mas de natureza diversa do clássico *jihad*”.⁵¹ Num instigante ensaio publicado, pouco depois, ele insiste em que não tem dúvida “de que a religião estruturou e deu sentido ao protesto social dos malês”.⁵² Num outro, reconhece que o islame foi, na rebelião de 1835, “uma poderosa força ideológica e organizacional, e articulou politicamente a ira e libertos africanos contra os beneficiários da exploração e da

⁵⁰ Como observa Reis, *Rebelião escrava*, p. 164-165.

⁵¹ *Rebelião escrava*, p. 155.

⁵² “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 114.

opressão étnica”.⁵³ E ainda noutro, em parceria com Paulo Fernando de Moraes Farias,⁵⁴ ele chega a escrever: “não é inteiramente impossível que o movimento fosse um *jihad* para os poucos muçulmanos instruídos da velha guarda, mas mesmo nesse caso um *jihad* que tinha por objetivo superar a situação de exploração e opressão sob a qual eles e a maioria de seus seguidores viviam na Bahia” – o que seria exatamente a razão de ser de muitas dos *jibads*, a começar pelo deflagrado na Hauçalândia por Usuman dan Fodio. Na edição norte-americana de seu livro sobre a rebelião de 1835, no entanto, Reis, antes de privilegiar o fator étnico, a aliança entre os nagôs, afasta-se da guerra santa, ao dizer-nos: “apesar do papel central do Islame no levante malê, não há razão para presumir-se que o movimento foi tido com um *jihad* pelos combatentes comuns nem afirmado como tal por seus líderes”. E arremata: “a presença e mesmo o predomínio de idéias, ritos e símbolos islâmicos não é bastante para fazer dele um *jihad*.”⁵⁵

Não conhecemos, é bem verdade, a declaração escrita da guerra santa. Como escreve Reis, “a leitura dos autos revela que a comunicação oral foi o principal meio de mobilização da insurreição”, até talvez, como aduz, para protegê-la.⁵⁶ O manifesto do *jihad* pode ter corrido das bocas para os ouvidos e nestes ter ficado, sem que uma só palavra dele passasse aos que investigaram o levante, pois, como também nos diz João José Reis, “os poucos que falaram não faziam parte do núcleo central da conspiração e, portanto, não sabiam de sua história completa”.⁵⁷ Penso, ao contrário de Reis, mas arrimado no que, com tanta vida, nos conta, que o predomínio de idéias, ritos e símbolos islâmicos, num movimento armado cujos líderes eram ulemás e que aspirava a tomar a terra, isto é, a conquistar o poder, tem tudo de uma guerra santa.

Não quero com isso dizer que a rebelião de 1835 não tenha sido uma rebelião de escravos e ex-escravos. É óbvio – a palavra é de João

⁵³ “O levante dos malês: uma interpretação política”, capítulo escrito para o livro dele e de Eduardo Silva, *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 112.

⁵⁴ “Islam and Slave Resistance”, pp. 58-59.

⁵⁵ *Slave Rebellion*, pp. 127-128.

⁵⁶ “Um balanço dos estudos”, p. 131.

⁵⁷ *Rebelião escrava*, p. 136.

José Reis⁵⁸ – que o foi, e a mais importante de nossa história. Foi também um levante de africanos, e o maior que conhecemos. E uma insurreição nagô. Porém foi gestada pelos que a lideraram como uma guerra santa. Uma guerra santa que não tomou um cariz, na arregimentação de combatentes, muito distinto da que ocorrera na Hauçalândia e em Ilorin. Uma guerra santa na qual não se pode des-trinçar, por ser islâmica, a religião da política.

Tenho dificuldade em conceber que clérigos moslins que traziam da África a experiência do *jihad* se engajassem numa revolta que João José Reis abre diante de nós como cuidadosamente planejada ou, pelo menos, imaginada, sem que nela prevalecesse, como o próprio Reis nos indica, a idéia de se estabelecer um mundo melhor⁵⁹ – um mundo melhor que só podia ser, para muçulmanos devotos, aquele em que o estado estivesse sob o controle do islame. Para alcançar isso, numa sociedade ímpia e injusta, só havia os recursos ou à hégira – o afastamento físico dessa sociedade – ou à guerra santa. A uma guerra santa semelhante àquela em que haviam lutado no outro lado do oceano e a que talvez sonhassem dar prosseguimento na Bahia.

Para mim, o movimento de 1835 na Bahia tem tudo de uma guerra santa, repito. De uma guerra santa que não deixa de ser uma guerra santa pelo fato de a ela se terem somado, por solidariedade étnica, nagôs que não eram muçulmanos e, por desejo de liberdade e de desforra contra os brancos, negros de outras nações, que saíram às ruas com eles. O que não encontrei no relato de Reis foram não-islamitas com papel de relevo no preparo, no deflagrar e na condução do levante. A solidariedade nagô pode ter engrossado os grupos de revoltosos e ser uma explicação para o predomínio dos iorubás entre os participantes da revolta. Mas força é não esquecer que, havia quase duas décadas, o *jihad* na África e a expansão do califado de Socotô se davam no Iorubo, com *mujahidun* iorubás, e que, em conseqüência, o grosso dos malês na Bahia era composto por nagôs. Não só os ioru-

⁵⁸ Em “O levante dos malês”, p. 100.

⁵⁹ *Rebelião escrava*, pp. 136-137.

bás haviam conhecido o *jihad* na África,⁶⁰ como lá, muitos deles, embora fossem orgulhosos, tinham acabado por subordinar, como fizera a maioria dos também orgulhosos hauçás, suas lealdades étnicas aos interesses de uma identidade mais ampla, a de muçulmanos, a de membros da *umma*, e aceito a liderança fula. O próprio Reis nos diz que os malês se reconheciam entre si, na Bahia, pelo uso nos dedos da mão esquerda de dois anéis de prata ou ferro, e que esse anéis ou *kendé* identificavam na África os muçulmanos aliados de Afonja.⁶¹ O reverendo Samuel Johnson, por ele citado, foi mais explícito: o *kendé* era o que distinguia os que participavam do *jihad* no Iorubo.⁶²

Recusa-se João José Reis a ver nos rebeldes malês “ferozes separatistas”, inimigos dos demais africanos, que tinham por ídólatras. Não sabemos dos planos dos rebelados e, portanto, se neles se incluía, como afirmou Nina Rodrigues, o de “massacrar os africanos fetichistas”, junto com os brancos e crioulos.⁶³ O que temos são algumas declarações, copiadas pelas autoridades, segundo as quais os rebeldes pretendiam eliminar “todos os brancos, pardos e crioulos”.⁶⁴ Detenho-me nas palavras da liberta nagô Guilhermina: os conspiradores tinham por objetivo tomar conta da terra, “matando os brancos, cabras e negros crioulos, bem como os negros africanos que se recusassem a aderir ao movimento”.⁶⁵ Tomar conta da terra, isto é, transformar o *dar al-harb* onde viviam em parte do *dar al-Islam*, e dele eliminar os opressores e os seus aliados, entre os quais se incluiriam os africanos que “se recusassem a aderir ao movimento”. Dizendo de outra forma, os africanos que se juntassem à rebelião seriam deixados em sossego. Tampouco seriam incomodados os que contra ela não formassem ou simplesmente a aceitassem, conforme prescreve a melhor doutrina islamita. Esta considerava ponto fora de discussão ser ilegal para um muçulmano fazer a guerra contra um pagão a quem se concedesse a paz ou que se pusesse sob o resguardo do islame.⁶⁶ Nem outra coisa diz o Alcorão. No verso 4 da sura IX, afir-

⁶⁰ Ao contrário do que afirma Reis, *Slave Rebellion*, p. 127.

⁶¹ Como registrou Reis, *Slave Rebellion*, p. 104.

⁶² *The History of the Yorubas*, p. 194.

⁶³ *Os africanos no Brasil*, p. 67.

⁶⁴ Reis, *Rebelião escrava*, pp. 147-148.

⁶⁵ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 79.

⁶⁶ Ver o manifesto do *jihad* de Usuman dan Fodio, em Hodgkin, *Nigerian Perspectives*, p. 248.

ma-se que o castigo aos idólatras não se aplica àqueles com os quais os crentes tenham feito uma aliança e que não a violarem, ordenando que esta aliança seja respeitada, enquanto puder durar. Rompida pelos malês a dominação branca, isto é, substituído o governo dos ímpios por um estado islâmico e castigados os seus cúmplices mulatos e crioulos, o mais provável – como sugere João José Reis⁶⁷ – é que se estabelecesse a paz com os não-brancos.

Isso não significa que os adeptos das religiões tradicionais africanas viriam, caso vencesse o movimento, a ter uma situação de igualdade na nova ordem social. Só a teriam, se se convertessem ao islamismo. Mesmo numa Salvador regida por cristãos, vejo nos depoimentos recolhidos pelas autoridades sinais claros de que os malês olhavam com reserva e até uma ponta de desdém tanto os negros católicos quanto os que consideravam idólatras, aos quais não hesitavam em chamar cafres. Essa reserva e esse desdém só aumentariam, caso o movimento tivesse sido vitorioso. Numa sociedade organizada segundo a lei divina, impõe-se – e assim pensava Usman dan Fodio – uma clara separação entre fiéis e infiéis. Estes últimos dela não fazem realmente parte; a ela se agregam, ou como escravos, ou como protegidos, que pagam pela proteção tributos especiais. Nenhum muçulmano pio, que soubesse de cor o Alcorão ou o lesse sempre que lho permitissem, pensaria de forma distinta, por mais que, “além da comunhão religiosa”, “outros elementos de integração e solidariedade sociais” lhes tecessem a vida.⁶⁸

Reis tem razão: “não temos provas de que o monopólio religioso” fosse o principal objetivo dos malês “em 1835 ou qualquer outro momento”.⁶⁹ Nem tampouco de que não fosse. Creio, no entanto, que não precisamos delas. Na história da expansão militar do islame há muitos episódios de imposição da exclusividade da fé pela espada, mas esses episódios, apesar de numerosos, não são a regra. A regra foi que se instalasse um governo em mãos muçulmanas e que se

⁶⁷ Adapto ao meu pensamento o que escreveu Reis na p. 149 de *Rebelião escrava no Brasil*.

⁶⁸ Uso as palavras de Reis, *Rebelião africana*, p. 135.

⁶⁹ *Ibidem*.

aplicasse a xariá nos territórios conquistados, sem exigir dos que os habitavam que abandonassem as suas crenças, desde que se conformassem com a posição de subalternidade e procedessem ao pagamento dos impostos requeridos. Deu-se assim desde o início da irradiação imperial do islame, pois um dos princípios do segundo califa, Omar, era o de que as populações que a ele se submetiam deviam ser incomodadas o mínimo possível em seus modos de vida.⁷⁰

O *jihad* baiano não se fez contra os santuários religiosos de nagôs, jejes e angolas; fez-se contra o Império do Brasil, o Governo da Bahia, os senhores de escravos, os brancos e seus aliados e cúmplices. Contra o domínio dos incréus, dos que não professavam o islame, não aplicavam a lei divina, escravizavam os muçulmanos e os oprimiam. É possível que, num segundo momento, ele se estendesse contra os idólatras, mas foi concebido para corrigir uma situação política inaceitável para um verdadeiro crente. Pior do que a da Hauçalândia, quando a açoitou, para libertá-la da opressão e da impiedade, Usuman dan Fodio.

O levante de 1835 foi – disseram os malês baianos, trinta anos depois, ao imame turco Abd al-Rahman ibne Abadallah al-Baghadadi al-Dimashqi – uma guerra deles contra os cristãos, isto é, contra os brancos, na qual “os negros tinham intenção de controlar as terras”. Abd al-Rahman comenta que “a raiz desse levante estava em uma comunidade muçulmana que havia entre os grupos [religiosos] de negros”. E após afirmar que foram os dessas comunidades “que decidiram essa coisa entre si”, acrescenta que, em consequência da guerra, os muçulmanos da Bahia “negam [declarar] sua religião até hoje, por temor do perigo de que os cristãos, se notarem que alguém segue o Islã, talvez o matem, o deportem ou o encarcerem para o resto da vida”.⁷¹ Quem divulgou esse documento⁷² ressalta, para negar que tenha havido em 1835 uma guerra santa, que o imame turco não se refere jamais ao levante dos malês

⁷⁰ Uma boa demonstração disso em Ira M. Lapidus, *A history of Islamic Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 37-53.

⁷¹ Rosemarie Quiring-Zoche, “Luta religiosa ou luta política? O levante dos malês da Bahia segundo uma fonte islâmica”, *Afro-Ásia*, 19-20 (1997), p. 234.

como *jihad*, mas, sim, como *barb*, ou simplesmente guerra, acrescentando que Abd al-Rahman “presumivelmente (...) não imaginaria que um pequeno grupo de muçulmanos em minoria no *dar al-barb* quisesse levar a cabo um *jihad*”.⁷³ É possível que o clérigo de Istambul tivesse essa dificuldade, sobretudo depois de ter tido tanto trabalho para, durante quase dois anos, tentar corrigir o comportamento, para ele frouxo e imperfeito, dos islamitas do Rio de Janeiro, que, por exemplo, não obrigavam suas mulheres ao uso do véu e não cumpriam todas as normas do jejum no Ramadã. Sua reação ao islame que encontrou no Rio não seria distinta da que teria um padre doutor em Teologia por Coimbra, ao ter de haver-se, numa paróquia brasileira, com certos aspectos do catolicismo popular. Embora Abd al-Rahman não aplique a palavra *jihad* ao levante de 1835, ele o tem como urdido por muçulmanos, com o objetivo de tomar a terra – como, portanto, leio eu, uma guerra santa, na qual, insisto, o religioso e o político se torcem num só fio.

Ignoro se, pelas rotas do tráfico, o califa Muhammad Bello e os letrados de Socotô, aos quais não faltava a consciência de que pertenciam a uma das fronteiras do mundo muçulmano, tinham uma noção clara de que, para além dela, no outro lado do oceano, havia, no Recôncavo Baiano, uma ilha de islame, sob o domínio de infieis, e se, sabedores disso, tiveram conhecimento da rebelião de 1835, dessa rebelião que João José Reis, nas duas versões de seu excelente livro, descreve como um verdadeiro *jihad*, embora se recuse a dar este nome ao que descreve. Já em 1812, Bello condenava, em seu tratado *Infraq al-maisur*, a venda de escravos aos cristãos e indignava-se com Oió, porque este reino mandava seus prisioneiros muçulmanos para os mercados da costa.⁷⁴ Não seria de espantar-se que não perdesse o interesse pelo destino deles no outro lado do mar. E, assim como não passou despercebido ao califa o retorno do Brasil de ex-escravos moslins, responsáveis em grande parte pela propagação do islamis-

⁷² Primeiro na revista *Sudanic Africa*, 6 (1995), pp. 115-124, sob o título “Glaubenskampf oder Machtkampf? Der Aufstand der Malé von Bahia nach einer Islamischen Quelle”.

⁷³ “Luta religiosa ou luta política?”, pp. 236-237.

⁷⁴ Lovejoy, “Slavery in the Sokoto Caliphate”, pp. 213-4; “The Muslim Factor Trade”, p. 6; e “Cerner les identités”, p. 265.

mo nas cidades que pontuam os litorais do golfo do Benim e por algumas de suas primeiras mesquitas, é possível que tenha também tido conhecimento dos sucessos de 1835. Os clérigos de Socotô e dos emirados dele dependentes haviam herdado do *Shehu* e de *Abdulahi dan Fodio* o gosto e o dever da escrita e os compartilhavam com o califa, a sua irmã *Asma*, o seu irmão *Isa dan Shehu* e o seu cunhado e vizir *Gidado dan Laima*, que, somados, produziram centenas de obras poéticas, teológicas, jurídicas e históricas. Se tiveram notícia da insurreição malê, podem ter deixado nos arquivos de Socotô o registro do que souberam, esperançosos, cépticos ou desalentados. E talvez nesses arquivos, quando se abrirem aos pesquisadores, se encontre algum indício ou eco da vinculação do levante baiano às palavras e às ações de *Usuman dan Fodio* e seus discípulos. Talvez.



Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

Academia Brasileira de Letras

VOCABULÁRIO ONOMÁSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Academia Brasileira de Letras

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Elaborado

por
JOSEFA KALCHauer

Este dicionário, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, tem por objetivo reunir, em uma única obra, os termos e expressões da língua portuguesa que são utilizados no Brasil e que não são encontrados nos dicionários estrangeiros. A obra é organizada em ordem alfabética e contém, para cada termo, sua definição, sua origem e sua evolução histórica. A obra é destinada a todos os que se interessam pela língua portuguesa e pela cultura brasileira.

A fim de ser adotado pela Academia para as
suas obras ortográficas.

1.ª Parte - A - Z



Editora Nacional do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - 1964

A missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua portuguesa

ARNALDO NISKIER

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
és, a um tempo, esplendor e sepultura:
ouro nativo, que na graça impura
a bruta mina entre os cascalhos vela...*

Olavo Bilac (1865-1918)

Por solicitação do deputado federal Aldo Rebelo, aqui estou para falar sobre a missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua portuguesa. O tema pode parecer recorrente, mas é de fundamental importância para a cultura brasileira. Vive-se um tempo de inconcebível relaxamento, no que se refere ao nosso vernáculo. Daí a importância do seminário *Idioma e soberania*, inscrito no projeto *Câmara: 500 anos*, de que temos a honra de participar, para o

Conferência proferida na Câmara dos Deputados, em Brasília, na sessão do dia 14 de março de 2000.

Arnaldo Niskier é professor, educador, conferencista. Sua obra chega a uma centena de títulos, sobre educação brasileira, filosofia e história da educação, administração escolar, tecnologias de ensino, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil.

melhor conhecimento da situação do nosso idioma em todos os países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Como coordenador nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), preocupa-me o excesso de estrangeirismos, sem uma reação à altura, quando existem palavras da língua portuguesa que podem ser perfeitamente utilizadas, sem que se precise recorrer, de forma pernóstica, a termos oriundos de outras línguas. Nem a desculpa da avalanche cultural representada pela Informática pode ser aceita.

Algumas preliminares aclaram um pouco mais a matéria. Quando o *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, na versão maior ou míni, foi elaborado em 1998 pela ABL, tomando por base um trabalho anterior do Acadêmico Antônio Houaiss, incorporou cerca de 3 mil termos de fora, o que aparentemente configurava um certo exagero, embora o número total de verbetes fosse de 360 mil. Não há como defender esse argumento. As palavras que entram num *Vocabulário* apenas para registro da sua grafia e categoria gramatical, podem ter vida efêmera, produto apenas de um momento (modismo).

Não é o caso de um dicionário, em que as palavras são acompanhadas do seu significado. Elas entram para ficar, podendo mais tarde ser lembradas como arcaísmos. Por isso, em geral, os dicionários têm cerca de 150 mil verbetes, enquanto os vocabulários registram um número muito maior. Aqui faço o comentário sobre a diferença entre um e outro, nem sempre muito perceptível para as pessoas que lidam com os dois instrumentos essenciais de acompanhamento da língua portuguesa.

Faço questão de assinalar a experiência pessoal vivida. Tendo a Academia Brasileira de Letras responsabilidades oficiais quanto à grafia e significado das palavras da nossa língua, envolvi-me na produção do primeiro *Vocabulário ortográfico* produzido pela ABL. Ao tomar conhecimento, pelo médico Noel Nutels, de que não havia editor inte-

ressado na obra, ofereci-me para cuidar da sua produção, em Bloch Editores, conseguindo inclusive recursos oficiais do Ministério da Educação para que em 1981 pudesse ser feita a primeira impressão, em papel bíblia alemão, com tiragem de 20 mil exemplares. Fui o coordenador desse trabalho. Anos depois, na presidência da ABL, mais precisamente em 1998, criei a Comissão de Lexicografia que propiciou a segunda edição do *Vocabulário*, dando origem em 1990 à edição míni. Tive a grande e inestimável colaboração do professor Antônio José Chediak, por mim convidado para esse trabalho.

Quanto ao *Dicionário da ABL*, elaborado por Antenor Nascentes, foi revivido sob minha coordenação, em 1988, também em Bloch Editores, por iniciativa dos Acadêmicos Josué Montello e Austregésilo de Athayde, este, nosso sempre lembrado presidente. Autorizada a operação editorial, o *Dicionário* foi lançado numa edição ilustrada, fazendo muito sucesso. Tinha 72 mil verbetes. Com a necessidade da sua atualização, quando assumimos a presidência da ABL, em 1998, contratamos 23 verbetistas, sob a liderança ainda uma vez de Antônio José Chediak. Fizemos um contrato com a Companhia Editora Nacional, que financiou a obra, a ser impressa ainda no ano 2000, para comemorar os 75 anos de uma das maiores e mais tradicionais casas do livro do nosso país. Terá 140 mil verbetes e será certamente o mais atualizado de todos os dicionários brasileiros, a sair na virada do século.

Penso, desta forma, ter dado uma boa noção do envolvimento da ABL e, particularmente do seu ex-presidente, na missão de salvaguarda da língua portuguesa, que é a principal obrigação da Casa de Machado de Assis. A que se deve incorporar, com justiça, o trabalho feito em 1999 de lançamento do *Vocabulário onomástico da Língua Portuguesa*, na sua primeira edição. Em dois anos, praticamente, colocamos a serviço do povo brasileiro todos os instrumentos a que se refere a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, e que permanecia como

letra morta de um parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa (Convenção Ortográfica).

~ 200 milhões de falantes

O desafio foi feito pela romancista Lygia Fagundes Telles. Falando na Academia Brasileira de Letras sobre a provável, mas não comprovada infidelidade de Capitu, pediu que liderássemos uma cruzada favorável à língua portuguesa: “Não se pode mais conviver com tamanhas barbaridades que são ditas e escritas por aí.”

Por que chegamos a esse ponto? Certamente, em virtude de uma série de fatores. A precária capacitação dos professores, os baixos salários de professores e especialistas, o preço de capa dos livros, a valorização da civilização eletrônica, a destruição das antologias escolares – são elementos que não podem ser descartados, nesse lamentável processo de desconstrução do nosso idioma.

No caso das antologias, um erro sem conta. Li outro dia uma entrevista do escritor Antônio Torres, em que ele elogiava a sua professora, d. Teresa, no primário de uma escola rural de Junco, no interior da Bahia, que o fazia ler alto a *Seleção escolar*. Foi o seu fascinante primeiro encontro com Castro Alves, Gonçalves Dias e Machado de Assis. Por que tudo isso acabou? Por causa de uma briga a propósito de direitos autorais. Foi parar no Supremo Tribunal Federal e ficou decidido, a partir de então, que ninguém poderia utilizar determinada obra, mesmo em parte resumida, sem autorização do seu proprietário. Burocratizaram o acesso ao conhecimento, complicaram a vida dos antologistas e tiraram o ânimo das editoras que se dedicavam a essa tarefa de grande valor pedagógico.

O resultado é que os escritores contemporâneos deixaram de ser quase referidos, trocados pelos antigos que estão em domínio público, com evidente prejuízo do aprendizado. Quem ganha com isso? É

curioso que, em qualquer conferência, quando se fala no fim das antologias, condenando esse absurdo, sempre aparece manifestação de solidariedade. É uma forma garantida de ganhar aplausos.

O movimento de transformações é cíclico, próprio de períodos como o que marca a mudança de séculos. A proximidade do terceiro milênio excita a imaginação e hoje sentimos necessidade de uma boa atenção à língua portuguesa. Trata-se de uma das seis mil línguas do mundo. Sendo falada por 200 milhões de pessoas, não pode ser comparada a um simples dialeto. É um idioma dos mais respeitáveis, exigindo amplo entendimento entre as nações que compõem a lusofonia. Aos sete integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), podemos agregar os que se mantêm em parte fiéis à nossa tradição, como Goa, Macau e Timor Leste, onde ainda se fala o português de modo expressivo.

Por que ainda não tivemos o Acordo Ortográfico sancionado? Só os políticos poderiam dar a resposta, pois a aceleração do mundo informatizado pede pressa, nessa providência elementar, totalmente paralizada desde o ano de 1990.

~ Latinidade

Dois fatos recentes mexeram com a lusofonia. Ou três, se considerarmos o lançamento da segunda edição do *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, a cargo da Academia Brasileira de Letras. O primeiro foi o interesse político demonstrado pelo Ministro da Educação Nacional da França, Claude Allègre, por uma aproximação objetiva com o mundo da francofonia, representado por 170 milhões de falantes. Em jantar a que comparecemos, em Paris, para discussão do Prêmio da Latinidade, depois entregue ao escritor mexicano Carlos Fuentes, o ministro francês propôs um amplo acordo para que, somados, possamos enfrentar com alguma chance de êxito a avalanche

cultural e lingüística da língua inglesa (500 milhões de falantes). Depois, no Rio, na sede da Casa de Machado de Assis, repetiu ainda mais enfaticamente a proposta.

O segundo fato foi a presença do escritor José Saramago na Bienal Internacional do Livro. Ele repetiu o argumento na ABL: “Não podemos permanecer no domínio das palavras vazias. É hora de fazer algo concreto para que livros brasileiros circulem adequadamente em Portugal – e vive-versa. A criação de uma Bienal, a primeira das quais no Rio de Janeiro, seria um passo decisivo para que se estabelecesse a harmonia pretendida entre os escritores irmãos.” Sendo a expressão de um Prêmio Nobel de Literatura (1998), o primeiro em língua portuguesa, o argumento passa a ter um enorme peso específico, e deve ser rapidamente considerado.

Houve uma discussão sobre a matéria, na solenidade de comemoração dos 162 anos do Real Gabinete Português de Leitura. Instituição centenária, com 400 mil volumes num belíssimo edifício de estilo manuelino, no Centro do Rio, não poderia existir melhor cenário para pensar o futuro da língua portuguesa, tema provocado pelo escritor Gomes da Costa e colegas portugueses que aqui vieram participar da Bienal do Livro. O clima de mudança, no alvorecer do novo século, facilitou a busca de linhas de ação comuns, para valorizar a língua portuguesa.

Nos séculos XVI e XVII, por força das conquistas dos seus navegadores, o português tornou-se uma língua mundial, papel depois desempenhado no século XVIII pelo francês e no século XIX pelo inglês. Hoje, a língua portuguesa é falada por 4% da população mundial, numa área de aproximadamente 8% do globo terrestre.

Na Academia Brasileira de Letras, com a colaboração do jornal *Folha Dirigida*, reuniram-se 600 especialistas para discutir, num seminário de dois dias, questões fundamentais da língua portuguesa. Depois de ouvir Antônio José Chediak, Antonio Olinto, Eduardo Por-

tella, Cilene Cunha, Domício Proença, Zuenir Ventura e Evanildo Bechara, sob a coordenação de Tarcísio Padilha, foi possível chegar a algumas conclusões, adotadas no que se convencionou chamar de “Carta do Rio de Janeiro”, surgida por inspiração do jornalista Adolfo Martins.

Melhorar o atual índice de leitura (2,4 livros por habitante) é a primeira preocupação, seguida de uma inevitável ampliação do número de bibliotecas públicas (3.500). É preciso criar programas como *Hora da leitura*, além de ampliar o alcance do *Leia Brasil*, dirigido por Jason Prado e que tem o apoio da Petrobras.

Simplificar a nomenclatura da Língua Portuguesa ajudaria a aliviar a memória dos nossos alunos. Deve-se levar em conta que a Língua Portuguesa é influenciada de todas as maneiras pela televisão, cuja força não pode ser desconhecida. Hoje, há um certo desamor pela língua, cujo desrespeito não se justifica.

Vive-se a crise da palavra, mas as colunas dominicais, publicadas nos grandes jornais, que cuidam da Língua Portuguesa, são sinais altamente positivos. No debate sobre a norma culta, conclui-se que não se deve aprisionar o aluno na sua língua padrão: “Só está errado aquilo que não se fala em nenhum quadrante. A língua padrão é uma etiqueta social, que deve ser falada de acordo com as circunstâncias.”

Não se pode defender a existência de um *apartheid* lingüístico, separando o falar do rico e o do pobre. Temos uma realidade plurilingüística, considerando-se basicamente que a norma culta deve ser respeitada sobretudo nos códigos escritos.

As minorias freqüentam as escolas e tendem a impor os seus padrões. O que os professores não podem desconhecer, mesmo sacrificados por baixos salários e precária formação, é que se deve partir do saber lingüístico prévio dos alunos, que precisam conviver desde cedo com o gosto pela leitura. O certo e o errado, como enfatizou a professora Cilene Cunha, filha do saudoso mestre e acadêmico Cel-

so Cunha, devem hoje ser substituídos pelo *adequado* e o *não adequado*. A compreensão desse fato enseja uma profunda mudança no ensino do português, sabendo-se que é o povo que faz a língua. Pode-se concluir que a leitura liberta e leva a conhecer melhor o mundo, o outro e a si mesmo. A linguagem manifesta a liberdade criadora do homem.

~ A lei da educação

É impossível garantir que exista uma firme política nacional de enriquecimento da Língua Portuguesa. A conseqüência é óbvia: fala-se mal e escreve-se pior ainda. Isso levou autoridades locais, como é o caso do Governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, a lançar programas pontuais de amparo ao nosso idioma e criação de estímulos ao hábito de ler. *Hora da leitura* tem exatamente esse escopo: diariamente, nas 2.500 escolas públicas fluminenses, professores e especialistas trabalham autores nacionais selecionados pela Academia Brasileira de Letras para incutir esse gosto no espírito de 1,2 milhão de crianças e jovens. Logo em seguida, surgirão concursos de redação, para completar o circuito: Leitura e Redação operam como irmãos siameses, no processo cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é muito sóbria em relação aos cuidados com a Língua Portuguesa. Na verdade, dos seus 92 artigos só o de número 26 cita essa preocupação. Eis o seu texto:

Artigo 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada pelos demais conteúdos curriculares especificados nesta Lei e, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º – Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil...

Curiosamente – e isso se deve aos cuidados do antropólogo Darcy Ribeiro – o artigo 78 cita nove vezes a educação indígena. Pode-se argumentar que ela foi descuidada durante muito tempo, daí a sua prioridade, mas a língua portuguesa merecia do legislador um pouco mais do que esse artigo mirrado e ainda por cima estranhamente ligado à ciência do raciocínio.

Tal fato pode ser justificado pelo uso moderno da expressão *códigos e linguagens*, em que se juntam a Língua Portuguesa e a Matemática, graças sobretudo ao uso progressivo e já nessa altura indispensável do computador. Mas temos o pleno convencimento de que, numa reforma futura (a lei da educação costuma durar em média cerca de 10 anos) será preciso dar mais ênfase à Língua Portuguesa. Não foi à toa que o poeta português Fernando Pessoa proclamou que “a minha pátria é a língua portuguesa”. Para merecer do Acadêmico Antonio Olinto a seguinte e muito bem elaborada digressão: “Dar nome às coisas foi o primeiro ato do primeiro homem. A frase de Fernando Pessoa representa o reconhecimento da identidade entre o nome e aquilo que ele nomeia. De *corpus* literário de um povo destacam-se trechos que devem ser guardados, lidos e relidos. Os bons livros que transformam momentos em matéria escrita gravam para sempre a memória de um povo.”

~ Em defesa da Língua Portuguesa

O País precisa avançar mais em direção ao ensino básico e mesmo que estejam assegurados por lei o acesso de todos à escola e as per-

centagens mínimas de aplicação de recursos em educação é preciso pensar na dolorosa verdade que ensinar a ler e escrever sem a garantia de permanência na escola é jogar dinheiro fora.

É a aprendizagem da ordenação e da expressão do pensamento que torna a leitura e a escrita socialmente úteis. A situação chegou a tal ponto que os concursos vestibulares abandonaram um pouco as cruzinhas e se iniciam por uma prova de redação, em que prepondera a ordenação do pensamento.

Os resultados dessa exigência já se fazem sentir, ainda que em pequena proporção e com reflexos nos níveis de ensino fundamental e ensino médio. Estes, lamentavelmente, incorporam os cacoetes da preparação para vestibulares, como se no país todos estivéssemos condenados ao curso superior.

É na classe de alfabetização e nas séries seguintes que o aprendizado da ordenação do pensamento se processa gradativamente e pode ser feito em melhores condições. O trabalho do professor esclarecido é o fator mais importante nesse processo, mas este precisa ser complementado por meio do livro didático. Apesar da televisão e de outros meios de comunicação ao alcance de qualquer um, não se chegou, ainda, a um sucedâneo para o livro didático. Hoje uma indústria florescente, o livro didático deve apoiar-se nos seguintes requisitos:

- capacidade de transmitir conhecimentos fundamentais, através de uma seqüência lógica e adequada de assuntos;
- apresentação de coerência, integração, correção de estilo e de ortografia, continuidade e grau crescente de dificuldades;
- facilitação da passagem gradativa da criança da civilização oral para a civilização escrita.

Paralelamente, o livro didático deve apresentar as seguintes características:

- instrumento para aumentar a capacidade de ler e desenvolver o vocabulário, a rapidez da leitura, a compreensão;

- estímulo para outras leituras e fonte de recreação;
- forma de levar a aprendizagem através de outros livros e fontes, como dicionários, atlas, impressos diversos;
- forma de avaliação dos interesses e dificuldades dos educandos.

Essas recomendações não são de hoje. Em 1969, a COLTED (Comissão do Livro Técnico e Didático), do MEC, as propusera como diretrizes para o uso eficiente do livro didático.

Não se pode negar que a qualidade material do livro didático melhorou, mas, ao mesmo tempo, alguns vícios foram incorporados na sua elaboração. Muitas vezes, esses aperfeiçoamentos editoriais não apresentam a contrapartida na qualidade dos conteúdos, onde aparecem frases sem sentido nas cartilhas de alfabetização, o que não instiga o aluno a ler mais. Ao contrário, colabora para a sua “idiotização”. Por falta de preparo do professor, o livro didático constitui-se em seu único recurso, tornando-se o próprio e único plano de trabalho escolar, sem que tenha sido escolhido de acordo com a realidade de cada escola e da clientela. Muitos livros servem à zona rural, mas foram escritos de acordo com a realidade urbana.

As bibliotecas escolares e os clubes de leitura são ótimas iniciativas. A finalidade principal da leitura é contribuir para que os leitores se tornem mais humanos e menos ignorantes, afirmativas essas que servem igualmente para fazer do livro um instrumento de cidadania.

É preciso que a escola seja um lugar de “leitura crítica” e interpretativa do que lhe chega por intermédio da imagem e do som. No futuro, biblioteca, videotape e audioteca se equivalerão. A cultura do livro se adquire na infância e alguns especialistas a localizam na fase da pré-escola. O ato de ler deve proporcionar prazer e o encontro do leitor consigo mesmo, e não concorrer para seu empobrecimento intelectual e para sua abdicação do direito de pensar, com o qual se forma o cidadão.

É necessário que se lute contra a destruição da linguagem, como está ocorrendo, numa prova da aversão do brasileiro ao seu idioma, quando ela é o único meio de integração dos segmentos de baixa renda ao contexto cultural pelo qual somos todos responsáveis.

A educação precisa de competência e de seriedade. A Constituição de 88, ao tratar da educação, cita a qualidade do ensino. Há boas escolas ao lado de escolas péssimas. O problema central está em diminuir as diferenças de qualidade do sistema e não nivelar pelo patamar mais baixo. O problema é ainda de tratamento do conjunto e não esperar que uma experiência bem-sucedida se multiplique naturalmente pelo resto do sistema. A cobrança de qualidade do ensino deve ser feita pela sociedade que está por trás do Estado e que o obriga a atuar. Assim se estará exercitando, na plenitude, o que se entende hoje por educação para a cidadania.

~ Indigência vocabular

A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional e a indigência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo.

Novas formas de regência verbal são adotadas desde que um ex-candidato a um alto cargo as introduziu com galhardia. Também, por influência do economês, todos “oportunizam”, “absolutizam”, “otimizam”, “a nível” disto e daquilo e “colocam” perguntas e dúvidas, “enquanto” alunos... “Imexível” e “convivível” entram nos dicionários pelas mãos de ministros de Estado. E é natural que palavras como “favelania” surjam por aí.

Os próprios jornais, que deveriam ser um modelo de correção, por causa da sua circulação, não constituem “excessão”, com dois ss, a esse desleixo com que se trata a língua nacional.

Até há pouco tempo, a chamada matéria Comunicação e Expressão abrigou todo e qualquer conhecimento, menos o da Língua Portuguesa, em seu sentido estrito.

Para quê estudar verbos irregulares, se é mais fácil dizer “entrevistado” ou “manteve” ou, ainda, descobrir outras utilidades para o “aliás” e o “inclusive”? E o triste “houveram”?

É de lamentar que os cursos de Comunicação Social discutam McLuhan, Umberto Eco, Derrida, Adorno, Sapir e outros papas da comunicação, da semiótica e da filosofia e os comunicólogos sejam socorridos pelo “idiota da objetividade”, como chamava Nelson Rodrigues ao copidesque.

Alguns brasileiros tanto não suportam seu idioma que os cursos de Pedagogia e de Direito se omitem no estudo da Língua Portuguesa. Esses cursos, mais do que os outros, deveriam ser os primeiros a cultivá-la, se não por sentido cívico, mas por força do seu dever e da sua função junto à sociedade.

O que preocupa o deputado Aldo Rebelo e certamente toda a Câmara é que, hoje, no Brasil, há “boutiques” e não lojas; multiplicam-se os nomes de fantasia em inglês e francês, como *Design, Fast Man, Déjà vu, Crazy Machine, Company*. As lojas para a classe alta ostentam seu *pedigree* em palavras estrangeiras e preços altos. As fachadas dos prédios sofisticados não se contentam com uma numeração clara e conforme às posturas municipais. É preciso que elas se distingam das outras por inspirações estrangeiras.

A dublagem de filmes, por exemplo, por displicência do roteirista, é um acúmulo de frases sem sentido e sem conexão com o que se vê na tela, além de dubladores com dicção péssima, reproduzindo uma linguagem incorreta.

É claro que seria mais agradável, para quem entende inglês ou francês, ouvir a voz original de Richard Burton, Ingrid Bergman ou Simone Signoret, mas a dublagem corresponde a uma necessidade

social, não só em relação ao mercado de trabalho, mas também à possibilidade de proporcionar entretenimento a um maior número de pessoas.

~ Na ponta da língua

Uma saudável epidemia tomou conta da imprensa brasileira. Os grandes jornais publicam alentadas seções de valorização da Língua Portuguesa, que alguns até ajudam a abastardar com sua crônica e indesculpável falta de cuidado. Quando sai na manchete do jornal que “Ronaldinho marca gol de placa na Itália”, não há quem se choque com o lamentável cacófato antes que a página seja definitivamente impressa?

Desses tempos saudáveis de reação participa também a *Folha de S. Paulo*, com a sua oportuna e bem escrita seção intitulada “Inculto e bela”, assinada por Pasquale Cipro Neto, que também produz em *O Globo* o “Ao pé da letra”.

O professor Sérgio Nogueira é autor de “Língua viva”, no *Jornal do Brasil*, enquanto Napoleão Mendes de Almeida, durante muitos anos, deu lições admiráveis em *O Estado de S. Paulo*, onde também trabalha o especialista Eduardo Martins. O jornal carioca *O Dia* presta a sua contribuição aos domingos, com o “Na ponta da língua”. E há outros exemplos, como a coluna de Dad Squarisi no jornal *Correio Braziliense*.

Arriscamo-nos a uma interpretação sobre esse movimento, embora sempre passível de discussão. Em primeiro lugar, pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa. Culpa, quem sabe, da deterioração do nosso sistema de educação básica.

Em segundo, o pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nosso índice *per capita* mal alcança dois livros por habitante; na

França, por exemplo, oscila em torno de oito. Não se pode estranhar a afluência de interessados a espaços culturais como o Centro George Pompidou, em Paris, por onde transitam diariamente cerca de 25 mil pessoas. Tudo construído de modo científico, para fazer com que os usuários se interessem, desde cedo, pelos mistérios da leitura. O “atelier des enfants” é simplesmente genial e dá gosto ver as crianças às voltas com os materiais impressos, ricamente ilustrados, competindo com os vídeos em nítida vantagem.

Em terceiro lugar, para não ir muito longe, podemos citar a “contribuição” dos meios televisivos. Donos de uma força descomunal, salvo as exceções de praxe, praticam um magistral desserviço à educação brasileira. Comunicadores falam mal, atores não se expressam adequadamente, dublagens são feitas de forma chula, programas infantis deseducam – o que se pode esperar desse triste universo?

~ Novos termos

O certo é que a língua portuguesa cresceu, até mesmo em virtude da introjeção de termos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

É o caso de palavras como teleducação (educação à distância), acessar (entrar), deletar (apagar, anular), decasségui (trabalhador brasileiro no Japão), teleconferência (conferência à distância), lincar (ligar), internet, infovia, intranet, etc.

Não há como conter esse crescimento, mesmo que, por vezes, seja ele fruto do que o crítico Wilson Martins chama de “desnacionalização”, ou, para ser mais forte, de um lamentável “lingüicídio”, palavra que, aliás, consta do nosso *Vocabulário*.

Os franceses reagiram de forma veemente a essa agressão ao seu idioma pelos anglicismos que se tornaram universais, em virtude, sobretudo, da força econômica dos Estados Unidos. A globalização só

ajuda nessa expansão. Entre nós, somos vítimas ou beneficiários desse processo. Vítimas se considerarmos a pureza da língua de Machado de Assis, beneficiários se pensarmos na inserção do país na comunidade das nações desenvolvidas. De toda forma, é preciso evitar os exageros imitativos.

~ De volta à Academia

O modelo da Academia Brasileira de Letras é a Academia Francesa, criada em 1634, cujo artigo 24 afirmava:

A principal função da Academia será trabalhar com todo o desvelo e toda a diligência possível para estabelecer as regras de correção da nossa língua e para torná-la pura, eloqüente e capaz de expressar as artes e as ciências.

A Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, logo se interessou pela elaboração de um grande dicionário do idioma. Ocupou-se, como “órgão consultivo do Governo Português em matéria de lingüística”, de sucessivas reformas ortográficas em que se vem empenhando desde 1911 e, a partir de 1931, em parceria com a ABL. Esta resultou de inúmeras reuniões de escritores, em geral jovens, que escolheram Machado de Assis para seu primeiro presidente e Joaquim Nabuco, secretário-geral.

O Estatuto, criado em 1897 e até hoje não alterado, prevê em seu artigo 1º:

A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

O seu espírito pode ser resumido, como missão, pelo discurso inaugural de Machado de Assis:

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária.

No grupo dos 40 fundadores, havia dois filólogos: Silva Ramos, do Colégio Pedro II, e Carlos de Laet, do mesmo colégio-padrão. Logo se iniciaram discussões em torno de questões ortográficas, como a que foi suscitada por José Veríssimo: se o nome Brasil deveria ser escrito com *s* ou com *z*.

Tivemos ainda como filólogos João Ribeiro, Mário de Alencar, Laudelino Freire, Amadeu Amaral, Heráclito Graça, Ramiz Galvão, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antônio Houaiss e Barbosa Lima Sobrinho. Este, com dois estudos de língua portuguesa, figura no quadro dos que contribuíram para o aperfeiçoamento da nossa ortografia.

~ Conclusões

Estamos vivendo uma bela época em defesa da Língua Portuguesa. Como é o caso do deputado Aldo Rebelo (PC do B), não a queremos mais bela, culta e ultrajada. Os estrangeirismos constituem uma invasão impertinente e insidiosa, justificando o projeto de lei nº I.676, de 1999, que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa. O seminário *Idioma e soberania* visa enriquecer esse debate, estendido a todos os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Academia Brasileira de Letras, com os seus *Vocabulários* e o *Dicionário*, cuja primeira edição deve-se ao empenho do Acadêmico Josué Montello, em 1956, está presente nesse processo, só admitindo

umas poucas palavras oriundas do estrangeiro – e mesmo assim quando não existe de forma clara outras que expressem aqueles determinados significados. Tem isso muito presente em seu espírito, como foi ordenado à sua ativa Comissão Lexicográfica.

Também não podemos concordar com o que seria a nossa desfiguração lingüística, com isso sacrificando o patrimônio cultural do Brasil, constituído, nesses cinco séculos, pela contribuição de línguas indígenas, africanas e portuguesas, além das inovações que chamamos de brasileirismos, conforme admitiu o filólogo Antenor Nascentes, um autodidata que fez do Colégio Pedro II e da Faculdade de Educação da UERJ os seus maiores centros de referência lingüística. Embora não tenha sido acadêmico, sempre merecerá o nosso respeito. É o caso também do lexicógrafo carioca Antônio Morais e Silva, autor de um famoso dicionário editado em Portugal, em 1789, o primeiro de autoria de um brasileiro.

A invasão de estrangeirismos não pode ser sumariamente eliminada, pois o fenômeno ocorre inclusive nas nações mais desenvolvidas do mundo, como é o caso dos Estados Unidos ou mesmo da França. No livro *Palavras sem fronteiras*, de Sergio Corrêa da Costa, agora lançado no Rio de Janeiro, o fenômeno é referido e até se alude ao latim, que é a terceira língua em importância, no caso das invasões. Não existe *habeas data* na Constituição brasileira? E *déjà vu* não é expressão comum na cultura norte-americana? E *exit* incomoda os franceses? São as exceções das quais não podemos escapar, como admitiu o próprio Machado de Assis, em 1873, ao proclamar: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes.”

É a posição adotada, ao longo da história da nossa cultura, por outros estudiosos brasileiros, como Silva Ramos, Carlos de Laet, João Ribeiro, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, Alberto de Faria, Heráclito Graça, Laudelino Freire,

Ramiz Galvão, Rodolfo Garcia e, mais recentemente, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antônio Houaiss e Barbosa Lima Sobrinho, este com os seus estudos sobre *A questão ortográfica e os compromissos do Brasil* e *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*.

Não queremos o uso abusivo de neologismos, nem a excessiva transformação de tudo em verbo. A própria gíria tende ao desaparecimento e hoje a expressão *bad boy*, com que os jogadores Romário e Edmundo foram inicialmente homenageados, já não tem tanta força assim. A Língua Portuguesa reage à tentativa do seu sucateamento — e encontra a Casa de Machado de Assis na firme disposição de defendê-la, com energia, como é da sua obrigação, evitando assim o que Wilson Martins chama de “desnacionalização lingüística”. Os defeitos hoje existentes serão menores quando forem superadas as deficiências da educação, pois a língua felizmente é estável. Nessa disposição, como é saudável a parceria da ABL com a Câmara dos Deputados!



Foto oficial como Delegado do Brasil junto à UNESCO,
em Paris, c. 1946. Acervo Família Carneiro.

Paulo Carneiro: um humanista brasileiro do século XX

ALBERTO VENANCIO FILHO

Ao receber o amável convite da Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do Dr. Marcos Chor Maio, para pronunciar a conferência de abertura do seminário *Organizações Internacionais da Ciência e Saúde no Brasil – Homenagem a Paulo Estêvão de Berredo Carneiro (1901-1981)*, hesitei muito no título desta palestra introdutória, que em rápido esboço pretende analisar a vida e a obra desse grande brasileiro. Afinal fixei-me no título “Um humanista brasileiro do século XX” porque creio que no século passado, entre nós, poucas pessoas terão representado tão bem o movimento humanista do que Paulo Estêvão de Berredo Carneiro. Muito embora sejam numerosos seus trabalhos, opúsculos e artigos científicos, denominou seu único livro *Vers un nouvel humanisme*, no qual não consta prefácio nem apresentação, e só através dos trabalhos reunidos poderemos encontrar a chave para entender o que representou como humanista e como um dos típicos representantes desse movimento.

Conferência de abertura do seminário *Organizações Internacionais da Ciência e Saúde no Brasil – Homenagem a Paulo Estêvão de Berredo Carneiro (1901-1981)*, na Fundação Oswaldo Cruz, em dezembro de 2001.

Coincidentemente, na visão de Paulo Carneiro se conciliava a expressão de um cientista de alto valor, haurida nos anos em que esteve dedicado à pesquisa científica, e ao se desviar dessa trilha pela ação na UNESCO representou os ideais de um novo humanismo, impregnado do espírito científico.

Paulo Carneiro nasceu em 4 de agosto de 1901; no dia 2 de setembro de 1902 recebia no Templo Positivista da Rua Benjamim Constant o sacramento de apresentação, equivalente ao batismo católico, no mesmo local em que a 2 de agosto de 1900 se realizava o casamento religioso de seus pais. O sacramento foi oficiado em 4 de dezembro de 1902 por Teixeira Mendes, tendo como patronos São Paulo e São Estêvão e padrinhos o então major Cândido Mariano de Silva Rondon e sua mulher. O positivismo seria assim presença constante em sua vida aliando-se à pregação do humanismo.

Filho de Mário Barbosa Carneiro e D. Maria Teodora de Berredo Carneiro, pelo lado materno o bisavô Luís Antônio Barbosa foi, no Segundo Reinado, presidente de Minas Gerais, senador e ministro da Justiça, irmão do conselheiro Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial. Casado com D. Antônia Luísa Horta, deu origem à família Horta Barbosa, à qual têm pertencido destacadas figuras do cenário brasileiro, como, entre outros, o político, jurista e acadêmico João Luís Alves, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, que teve importante papel na organização do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobras, o engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa, a quem se deve, entre outras obras, o plano e o início da construção da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

Seu pai, Mário Barbosa Carneiro, ingressou cedo no positivismo e aos 21 anos alistou-se como voluntário no Batalhão Benjamim Constant, por ocasião da Revolta da Armada. Através de dois brilhantes concursos encarreirou-se na Secretaria do Ministério da Marinha, ponto de partida de longa vida inteiramente dedicada ao serviço público, funcionário modelar, passando em seguida para o

Ministério da Agricultura, chefiando-o nos primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas.

D. Maria Teodora Leal de Berredo era neta de Alexandre Carvalho Leal, o maior amigo de Gonçalves Dias, e sobrinha-neta da inspiradora do poeta, Ana Amélia. Por outro lado, descendia pelo lado paterno do governador e capitão-geral do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo, historiógrafo e autor dos famosos *Anais*.

Os primeiros estudos foram realizados em casa, sob os cuidados de sua mãe e de sua tia. Paulo Carneiro seguia o programa educacional de Augusto Comte e como iniciação prática freqüentou, como aprendiz de ferreiro, no Engenho de Dentro, as oficinas de Trajano de Medeiros. Saía de casa às seis horas da manhã, levando almoço como qualquer jovem operário; data daí o contato direto com o povo e a simpatia com o proletariado.

Ao iniciar os preparatórios, ingressou no curso do professor Raul Guedes, na casa da Avenida Passos. Disse Paulo Carneiro de Raul Guedes:

Em torno desse homem admirável, que já havia sido mestre de meu pai, agrupavam-se jovens professores atraídos pela alta reputação de seu saber, da sua honradez e de seu devotamento público. Era escasso o material de ensino, mas tão ardente e edificante o clima intelectual, tão engenhosa a improvisação de experiências e demonstrações, tão intimamente entrelaçado o programa de estudo às questões culturais e políticas no momento, que ninguém se ressentia da falta de aparelhos e de laboratórios, nem daí resultou nenhuma falha no ensino. As salas de aula, estreitas e pobres, eram um permanente cenáculo de debates em que os conhecimentos se decantavam e se estendiam, despertando interesses novos, sugerindo leituras, incentivando vocações.

Foi no curso do professor Raul Guedes que Paulo Carneiro conheceu o professor Francisco Venancio Filho, e a respeito dele registrou estas palavras:

O convívio que então tive com Francisco Venancio Filho, sete anos apenas mais velho do que eu, criou laços intelectuais e afetivos que tanto enriqueceram e nobilitaram a minha vida. Foi ininterrupto o diálogo que com ele mantive durante 26 anos. Nem as suas viagens nem as minhas o interromperam como atestam as dezenas de cartas que dele guardo, modelares na forma e no fundo, com sua letra impecável, seus comentários transbordantes de espírito e vivacidade, a sua infinita solicitude pelos problemas de seus amigos e a sua fidelidade aos seus ídolos... Desde cedo pôs-me Venancio em contato com seus numerosos amigos e associou-me a todas as suas atividades de caráter cultural. O íntimo conhecimento que adquiri da sua vida e a sua obra autoriza-me a proclamar a sua grandeza moral, a rara elevação de sua inteligência, a universalidade de sua cultura.

No ambiente acanhado daquela época, com a inexistência de universidades e parque industrial incipiente, era normalmente para as três carreiras principais que se destinavam os jovens: a engenharia, a medicina e o direito. Paulo Carneiro, entretanto, rastreou outro caminho e ingressou no curso de química industrial da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo como colegas apenas quatro alunos.

Nesse curso teve mais uma vez a felicidade de encontrar um orientador seguro, o professor Júlio Lohman. De nacionalidade holandesa, Lohman trabalhava no Jardim Botânico de Buitezorg em Java, quando ali estive em 1909 o Ministro da Agricultura Miguel Calmom, o mais jovem ministro da República, que pertencia ao movimento renovador do Jardim de Infância na Presidência de Afonso Pena, capitaneado por Carlos Peixoto. Miguel Calmon se entusiasmou com a figura do professor de química e o trouxe para a Bahia, fixando-se depois no Rio de Janeiro. Aqui, depois de ruidoso concurso, Lohman se tornou catedrático de Química Geral da Escola Politécnica, vindo a ser o principal reformador do seu ensino no Brasil.

Um de seus discípulos diria: “Foi quem me deu pela primeira vez a impressão de que havia na aprendizagem alguma coisa além do

conteúdo da matéria, naquelas aulas inesquecíveis em que via abrir-se o mundo da química experimental”. Júlio Lohman foi realmente influência fundamental na carreira de Paulo Carneiro, incentivando-o para o estudo da química.

Formando-se em 1924, foi o orador da turma, na presença do então ministro da Viação Miguel Calmom, que declarou ter ouvido um dos melhores discurso de formatura de toda a sua existência.

O discurso de orador de turma na colação de grau em 1924 é uma bela lição de humanismo, prenunciando os trabalhos que iria escrever posteriormente. Referindo-se às crônicas da cavalaria, dizia:

Mais felizes que nossos generosos antepassados, temos diante dos olhos maravilhados nova era de amor, atividade e sabedoria.

Nosso sentimento, algum tempo melhorado de sua natural rudeza pelo convívio doméstico que desenvolveu o apego, e pelo culto à Pátria que lhe imprimiu veneração, transbordou dos seus estreitos limites, expandiu-se, todo bondade, enlaçando de eternas harmonias a Humanidade inteira.

A divisa que nos guia, sinal do nosso empenho de fiel devotamento, se resume toda em: Amar e Servir.

Amar a Humanidade para bem conhecê-la e do seu conhecimento haurir os meios de melhor servi-la.

E examinando a importância da profissão que abraçara, declarava afinal:

Assim, referido à Humanidade, o domínio dos fenômenos químicos se enobrece pelos serviços que presta e se aperfeiçoa pelo influxo regenerador que recebe.

Premiado ao término do curso com viagem à França, permaneceu em Paris de 1927 a 1931, realizando pesquisas científicas no Instituto Pasteur. O Instituto Pasteur era instituição muito ligada ao Brasil, graças ao apoio que lhe dera na fundação o Imperador Pedro

II. Quando Afrânio Peixoto, no início do século, vindo de Viena para ingressar em seus cursos, teve a informação de que as inscrições estavam encerradas, dirigiu-se ao diretor da instituição. Este levou-o ao busto de Pedro II e declarou: “Nesta instituição ninguém do Brasil será rejeitado.” Paulo Carneiro teve a felicidade de encontrar um novo grande mestre, o professor Gabriel Bertrand, um dos fundadores da química biológica e que grande papel desempenharia na trajetória científica do aluno.

Os estudos realizados no Instituto Pasteur centraram-se nos problemas do guaraná e do curare, e Paulo Carneiro se doutorou em 1931 com tese sobre o guaraná. Via-se desde logo o interesse que teve nos seus estudos teóricos por produtos provenientes da Amazônia, a prenunciar a iniciativa que promoveria anos mais tarde pela região.

Voltando ao Brasil, iria exercer atividades de ensino no Instituto de Educação e realizar brilhante concurso, em 1932, como livre-docente da Escola Politécnica, de cuja banca participaram expoentes da química no país, como Álvaro Alberto, Júlio Lohman, Carneiro Filipe, tão ligado a esta Casa, Mário de Brito e Mário Saraiva. Carlos Chagas Filho testemunhou a realização do concurso:

Paulo Carneiro chamou-me na véspera para ouvir a exposição da prova didática no dia seguinte. Na noite clara em que o deixei em casa, pensei na grandeza que seria de uma escola superior que tivesse entre seus mestres alguém do valor daquele que acabara sua pré-apresentação. No dia seguinte, no lindo edifício que fora da Escola Central, Paulo Carneiro superou, entretanto, a sua apresentação da véspera. Os aplausos com que a grande assistência se expandiu ao término do período fixado em lei devem ecoar ainda no pátio daquela instituição.

O sucessor de Mário Barbosa Carneiro no Ministério da Agricultura, o então major Juarez Távora, convidou-o para servir como assistente técnico do Gabinete. Ali trabalhou durante dois anos,

ocupando-se especialmente dos problemas da Diretoria Geral de Pesquisa Científica e exercendo a chefia do Laboratório de Química Vegetal e Animal no Instituto Nacional de Tecnologia.

Em 1933 participou, em Paris, da Conferência Preparatória do Terceiro Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas. O mundo atravessava uma das mais agudas crises econômicas, com excedentes de estoques de milhões de toneladas de produtos agrícolas e da pecuária, e as medidas preconizadas eram a queima dos produtos superabundantes, inclusive o nosso café. Contra isso protestou Paulo Carneiro:

O acréscimo constante dos estoques de produtos agrícolas, resultantes em grande parte da diminuição de consumo das populações industriais assoladas pela falta de trabalho, criou o problema de dar-se escoamento a esse excedente de produção, impossível de ser indefinidamente conservado. Até agora, para atender a tal fim, tem-se feito apelo aos meios de destruição. Ficará como um dos mais graves índices do desequilíbrio econômico em que nos agitamos esse inominável desbarato da produção mundial.

Em fevereiro de 1935 o governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcante convidou-o para remodelar a Secretaria da Agricultura. Em poucos meses realizou trabalho profícuo, criando um Conselho Agrônomo, a fim de assegurar a continuidade de programas e métodos da Secretaria, organizou um Fundo de Fomento à Produção destinado aos trabalhos de pesquisas científicas. Organizou ainda no Instituto de Pesquisas Agrônomicas laboratório destinado aos estudos dos solos, matérias-primas vegetais e animais, adubos e inseticidas e outras especialidades.

Desde logo se preocupou com o trabalhador rural, propondo emenda à Constituição do Estado, destinada a proporcionar a localização dos trabalhadores rurais associados em cooperativas. Tornava-se inadiável a confecção de uma lei de terras, que oportunamente

regulamentasse a localização de tantos conterrâneos que se encontravam sem trabalho nem meio de vida, mas que amparados pelos poderes públicos teriam os melhores operários da reconstituição do sistema industrial.

Preocupado com a situação dos trabalhadores, dirigiu aos bispos de Pernambuco memorável apelo: “O que está em perigo é o homem em sua integridade física e moral e para ele deve voltar-se, sem distinções nem rivalidades, todos quantos saibam colocar acima de interesses pessoais, transitórios e subalternos, os destinos mais altos da coletividade.” E depois de enumerar os pontos fundamentais do programa, declarava: “Pregados do púlpito, aos ricos e poderosos ressoarão esses deveres como mandamento da Igreja, atenta ao destino daqueles por quem foi sempre sua missão desvelada. A obra leiga do governo, no âmbito restrito de suas atribuições temporais, não dispensa de modo algum a assistência espiritual das religiões que se imponham livremente pelo prestígio de sua fé e de seu sacerdócio.”

O jornalista Austregésilo de Athayde escrevia, em 28 de outubro de 1935, no *Diário da Noite* do Rio de Janeiro:

Creio que o Secretário da Agricultura de Pernambuco, Sr. Paulo Carneiro, vai ser tachado de vermelho, só porque voltou os olhos para os mocambos e quis melhorar a sorte dos operários das usinas e dos engenhos que se alimentam de farinha e rapadura... Para isso lançou um apelo comovido aos padres a fim de que empreguem a força inigualável do seu ministério sagrado, fazendo a campanha da casa e do pão para os pobres. Alguma coisa semelhante ao apostolado de São Vicente de Paula.

De fato, com o movimento de novembro de 1935 Paulo Carneiro foi acusado de idéias extremistas e teve de deixar o posto, interrompendo o trabalho que vinha realizando. Com dificuldades de prosseguir nas pesquisas no Brasil, resolveu aceitar uma bolsa de estudos do

Instituto Pasteur para continuar as pesquisas. No período de 1936 a 1942, entregou-se com afincos a isolar os princípios ativos do curare, oriundos de várias espécies do gênero. Apresentou várias comunicações à Academia de Ciências da França, e recebeu em 1942 o Prêmio Nativelle da Academia de Medicina de Paris. A partir desses trabalhos, a utilização de alcalóides de curare, pela primeira vez isolados, permitiu retificar conceitos clássicos de Claude Bernard e Lapique sobre a curarização e a transmissão do influxo nervoso, abrindo novos caminhos para o aperfeiçoamento da fisiologia e da medicina.

Apresentando Paulo Carneiro trabalho à Academia de Ciências, Lapique se levantou protestando contra o conteúdo da tese, que ia de encontro à tradição da fisiologia francesa, e propondo que o trabalho não fosse incluído no *Anais*. Ao que Portier protestou, sendo posteriormente publicado.

Carlos Chagas dá o testemunho desse momento: “Quando o encontrei em 1937-1938 em Paris, nada dele mudara. Era o mesmo ser, cheio de alma e compreensão. Dois eventos, entretanto, teriam impressionado mais do que os outros seu espírito. Conversamos sobre os mesmos temas longamente, a Guerra da Espanha e o Front Popular.” E encontrando-o nos almoços do Embaixador Sousa Dantas, comprovava que Paulo Carneiro tinha a mesma facilidade de interação com os personagens mais importantes da Terceira República como com os exilados brasileiros.

Nesse período exercia funções no Serviço de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil, trabalhando com o seu grande amigo, embaixador Luís de Sousa Dantas, que representou o Brasil na França de 1922 a 1944, granjeando enorme prestígio nos meios políticos e culturais de Paris e exercendo uma atividade notável em prol do nosso país, e dele foi Paulo Carneiro colaborador inestimável. Na antiga sede da Embaixada do Brasil em Paris, 45 Avenue Montaigne, há esse testemunho de reconhecimento:

Ici a vécu pendant vingt-deux ans

Un grand ami de la France

Luiz de Souza Dantas

Ambassadeur du Brésil à Paris

de 1942 à 1944.

A invasão alemã na França em 1940 encontrou Paulo Carneiro em Paris e sobre esses dias dramáticos escreveu artigos publicados na imprensa do Rio, com o título “Vida científica na França Ocupada”:

No dia 10 de junho de 1940 o professor Gabriel Bertrand reuniu como de costume no Instituto Pasteur os seus colaboradores, para trocar idéias sobre as pesquisas em curso. A atmosfera estava carregada de apreensões. Nossa equipe encontrava-se então reduzida a uma dezena de pesquisadores, achando-se em armas a maioria de nossos camaradas. O Comando Militar de Paris acabara de afixar o aviso de que a capital seria defendida rua a rua, casa a casa. Diante da gravidade da situação havia o Instituto decidido transferir uma parte de seus trabalhos para Angers a fim de manter contato com as forças armadas.

Dizia a seguir:

Nossos colegas e colaboradores mobilizados sofrem nesse momento terríveis provações; muitos morreram nos campos de batalha, outros foram aprisionados. Qualquer que seja o desfecho da grande luta travada, nosso posto de combate pela civilização continuará a ser o laboratório. A pesquisa científica não pode parar diante do invasor; somos soldados da humanidade.

E concluía Paulo Carneiro:

Vejo ainda a figura do grande Mestre, cuja força moral sabia dominar, nessa exortação de fé, o tumulto que rugia entre nós. Alguns dias mais tarde, toda a esperança estaria perdida. Sem chefes e sem armas, a França so-

freu uma capitulação de todo inesperada. A ocupação de mais da metade do país pelo inimigo ia implantar por toda a parte o regime de perseguição e terror.

Em carta aos familiares escrevia:

Deixei Paris em 11 de junho à tarde, com o propósito de alcançar Angers, onde devia reunir-me a alguns serviços do Instituto Pasteur que ali seriam instalados, na suposição de prolongar a resistência francesa. O espetáculo das estações da estrada de ferro era um verdadeiro assalto popular diante de um mar humano em que predominavam mulheres e crianças acampadas à espera de trens, cada vez mais raros e incertos. Quando da estação de Austerlitz parti com o Embaixador Sousa Dantas às sete da noite, as plataformas estavam coalhadas de gente adormecida e exausta. Cerca de três milhões de parisienses partiram assim nessa tormenta, uma alucinação coletiva movida pelo terror da ocupação e pela esperança de se agruparem nas margens do Loire.

Com a entrada do Brasil na guerra, foi Paulo Carneiro por duas vezes internado com a missão diplomática brasileira, primeiro em Baden-Baden e depois em quatorze meses em Bad Godesberg na companhia do Embaixador Sousa Dantas. Comemorou na prisão os 40 anos e registrou em Diário:

Em meio da tormenta que me cerca, sinto, mais do que nunca, estável e confiante a minha vida interior. Dominando a crescente desordem que me envolve, convergem cada vez mais meus sentimentos, pensamentos e atos para o culto e a causa da Humanidade. Mais extensa do que profunda, a recrudescência atual da imensa crise intelectual e política que penosamente atravessa a Humanidade, desde fins da Idade Média, acelerará por certo o surto da única solução que comporta. A violência material do conflito que ensangüenta e arruína o mundo inteiro, desvendará aos mais cegos a necessidade de imperiosa e profunda reorganização espiritual.

Com a repatriação dos diplomatas, aqui chegou, em companhia de Sousa Dantas, em meados de 1944 no navio sueco *Gripsholm*. Estive na companhia de meu pai à chegada e grandes homenagens estavam sendo organizadas para o grande embaixador, que tanto honrara o seu país e que tivera, durante a ocupação, atos de coragem. Basta mencionar que, em Vichy, Sousa Dantas recebe um aviso de que a Embaixada brasileira havia sido invadida por soldados alemães armados. Retorna à Embaixada e protesta de forma mais veemente, ao que um oficial alemão põe o revólver em cima da mesa e diz: “*C’est assez, Monsieur.*”

Sousa Dantas sai pela porta afóra com Paulo Carneiro, dirige-se ao gabinete do chefe de Governo Francês, Pierre Laval. Dantas o inveciva: “Você é ainda chefe do Governo? Você sabe o que está se passando na minha Embaixada?” E Laval diz simplesmente: “*Monsieur Dantas, c’est dur d’être vaincu. Je ne peux rien faire.*”

Paulo Carneiro retomou por algum tempo as atividades científicas no Instituto Nacional de Tecnologia. Testemunha Carlos Chagas Filho que procurou atraí-lo para Manguinhos, mas surgiram dificuldades burocráticas, impedindo o que teria sido talvez a possível fixação do cientista em nosso país.

Em maio de 1944, o embaixador inglês encaminhava ao ministro das Relações Exteriores, Leão Veloso, expediente do presidente da Conferência dos Ministros de Educação Aliados com o projeto de criação de uma Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educacional e Cultural. O ministro das Relações Exteriores nomeou Comissão Especial, da qual fizeram parte os professores Roquette-Pinto, Lourenço Filho, Artur Ramos, Francisco Venancio Filho, Antônio Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, com a qual colaborou Paulo Carneiro. A comissão aprovou inteiramente a proposta, destacando a importância de que na projetada organização se desse atenção especial aos problemas oriundos dos contatos sociais,

e que a educação devesse oferecer iguais oportunidades a todos os jovens e adultos, sem qualquer distinção de origem étnica.

Voltando à Europa, participaria, como delegado adjunto do Brasil, sob a chefia de Sousa Dantas, da Conferência das Nações Unidas realizada em Londres em janeiro de 1946, que aprovou os atos constitutivos da UNESCO, junto com o Embaixador Cyro de Freitas Vale e o Ministro Vasco Leitão da Cunha. Com a aprovação da criação da UNESCO, Paulo Carneiro recebe telegrama do nosso confrade, o Ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura: “Com a estrutura da nova organização, haverá delegados permanentes. A organização vai para Paris e eu convido V. para ser o delegado permanente do Brasil junto à UNESCO.”

Paulo Carneiro exerceu o cargo de delegado de 1946 a 1958 e de embaixador até 1965. A respeito da sua demissão escreveu Barbosa Lima Sobrinho: “Um certo dia, a diplomacia o despedia num gesto mesquinho de quem procurava condená-lo e puni-lo pelas culpas de um filho. É que na verdade, não eram culpas, tão-somente reações naturais de quem não se conformava com um regime de opressão.” Ainda assim, continuou até morrer a prestar serviços àquela organização internacional.

Na sua atuação na UNESCO de 1946 a 1965, Paulo Carneiro exerceu um papel de liderança, por várias vezes Presidente do Conselho Executivo, Presidente da Conferência Geral e trazendo para o Brasil, sem discriminação e sem protecionismo, recursos nos campos da ciência, da educação e da cultura. Foi mesmo chamado o Sr. UNESCO.

No trabalho realizado nesses anos, seria fastidioso descrever com detalhes a sua atuação, mas destacar alguns fatos mais relevantes.

Paulo Carneiro apresentou, em 1944, ao Governo Brasileiro a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, assunto encaminhado posteriormente à UNESCO. Em 1948,

em Iquitos, no Equador, foi aprovada a Convenção criando o Instituto, assinada pelos representantes dos governos do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa, Guiana Inglesa e Itália. O Governo dos Estados Unidos não tomou parte na Conferência de Iquitos e não participou em grau nenhum do projeto do Instituto.

A justificativa do Instituto era de que só o conhecimento pormenorizado e completo da Hiléia Amazônica poderia orientar a sua racional valorização, estabelecendo critérios que se tornavam imprescindíveis ao desenvolvimento de uma grande civilização nesta imensa área tropical. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica seria projetado para satisfazer a esses objetivos, no espírito de cooperação, lealdade internacional e ciência científica.

Pode-se imaginar o interesse de Paulo Carneiro pelo problema, desde os estudos que fizera sobre o guaraná e o curare, e consciente da importância de desenvolver o enorme potencial dessa região, até então praticamente desconhecida.

Entretanto, no Brasil, surgiram várias objeções ao projeto. Paulo Carneiro certa vez declarou que se uniram nesse combate fascistas e comunistas; os fascistas, considerando que seria uma forma de penetração na Amazônia da União Soviética através do Instituto, e os comunistas considerando a presença do imperialismo norte-americano.

Enviado o projeto à Câmara dos Deputados, levantam-se objeções e a Comissão de Segurança Nacional solicita parecer do Estado Maior das Forças Armadas. O parecer, assinado pelo General Salvador César Obino, foi favorável à criação do Instituto, ponderando apenas que se esclarecesse a interpretação de artigo sobre a aprovação prévia pelo Estado do local onde as pesquisas fossem se realizar. Em face dessa dúvida, o Governo Brasileiro promoveu a assinatura de protocolo adicional, mas a Câmara dos Deputados não aprovou o projeto, que passou a sofrer resistência dentro da UNESCO e de

alguns países, sendo conduzido ao fracasso. É de se imaginar o alcance que teria a criação do Instituto naquela época, estudando os problemas da Amazônia e de certa maneira evitando as graves dificuldades que o Brasil atravessa hoje em relação àquela região.

Dentre os projetos que liderou, duas iniciativas merecem ser mencionadas: uma delas a restauração dos monumentos da Núbia no Egito, que seriam submersos pela construção da represa de Assuã. Paulo Carneiro foi presidente da Comissão que organizou os trabalhos, angariando recursos necessários à remoção dos monumentos para região onde ficassem protegidos. Declara Paulo Carneiro que “a UNESCO toda inteira – a Conferência Geral, o Conselho Executivo, o Secretariado – se dedicou com paixão à tarefa exaltante de imprimir uma vida nova à mensagem três vezes milenar da teocracia faraônica”, e concluía:

Os arquitetos e os escribas de Ramsés II podem sem receio retornar à Abu Simel: eles encontrarão aí, tal como foram construídos, os templos dedicados à glória de seu chefe e sua esposa favorita. Hoje como ontem o sol nascente irá duas vezes por ano banhar de luz a estátua do rei divinizado nas profundezas de seu santuário.

Cabe mencionar curioso episódio ocorrido na coleta de fundos. Paulo Carneiro solicitou entrevista ao Presidente John Kennedy, pois dos Estados Unidos deveriam provir os maiores recursos para o projeto. Chegou à noite em Washington e quando se preparava no dia seguinte para a entrevista, lê no *Washington Post* manchete de que a Embaixada Americana no Cairo tinha sido apedrejada. Pediu o cancelamento da audiência, voltou a Paris e solicitou ao embaixador egípcio uma audiência com o Presidente Nasser. E então se expressou: “Presidente, nada tenho a ver com os conflitos americano-egípcios. Mas se o Sr. deseja que a recuperação dos monumentos da Núbia seja um sucesso, avisarei ao Sr. toda vez que for aos Estados Unidos e o Sr. não permitirá que a Embaixada americana seja apedrejada.” E assim se fez.

Outra tarefa fundamental que lhe coube foi a de presidir a Comissão que elaborou a *História do desenvolvimento científico e cultural da Humanidade*. Julian Huxley, então Secretário Executivo da Comissão Preparatória da UNESCO, já em 1946 declarava:

A tarefa fundamental do humanismo hoje é de contribuir à redação de uma história do desenvolvimento do espírito humano e das conquistas culturais. A UNESCO poderá trazer sua contribuição a esta obra, graças à multiplicidade de seus interesses, favorecendo os encontros de homens que, em seus diversos países, serão chamados a colaborar nessa empresa gigantesca. Não se trata de elaborar uma filosofia da história à luz das leis econômicas, intelectuais e morais que regem o desenvolvimento social, mas descrever sob o ponto de vista universal a contribuição de cada época, de cada região, de cada povo ao surto científico e cultural da Humanidade. Pode-se imaginar a tarefa hercúlea de reunir colaboradores de inúmeros países e de obter na época própria os trabalhos e concluir afinal este grande monumento cultural.

Dizia Paulo Carneiro:

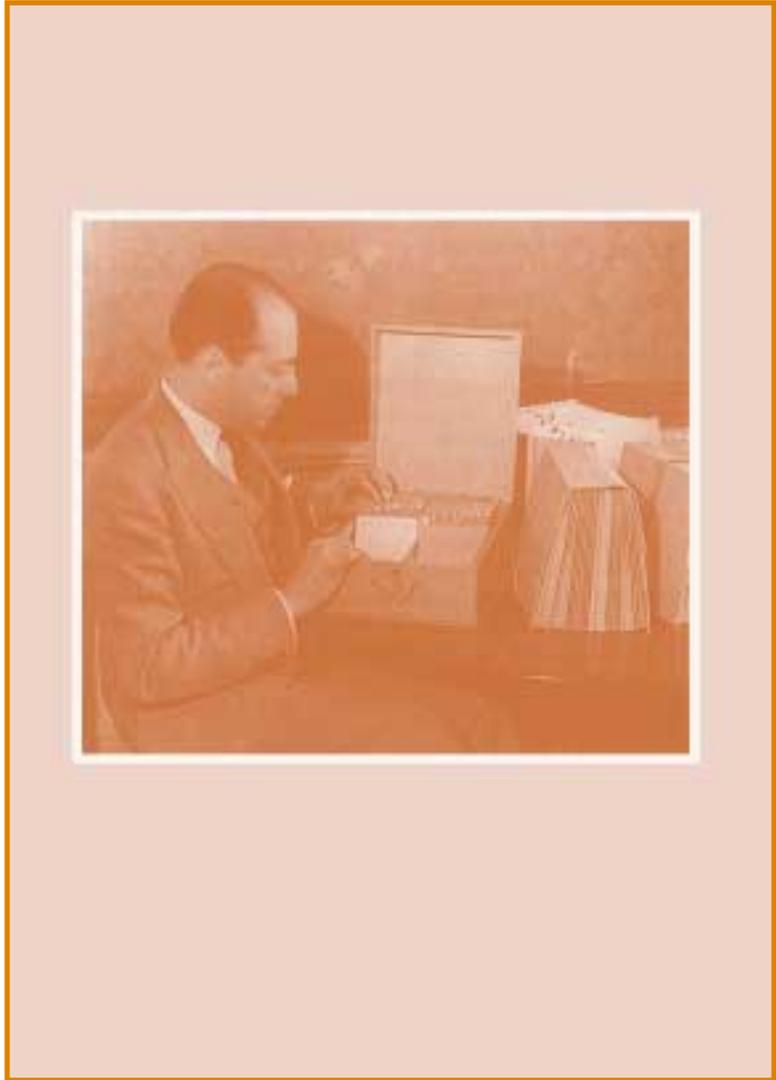
Se se considerar a Humanidade, segundo a fórmula de Pascal, como só o homem que aprende continuamente, a *História do desenvolvimento científico e cultural* nos aparecerá como um grande tratado de educação, graças ao qual poderemos acompanhar passo a passo o desenvolvimento físico, intelectual e moral de nossa espécie, e crescer o império sobre ele e seguir o enobrecimento contínuo de sua conduta.

Trabalho de vários anos, como tarefa preliminar a Comissão iniciou a publicação de uma revista trimestral, os *Cadernos de História Mundial*, cujo objetivo era fornecer aos autores material para a organização definitiva da obra. É com orgulho que posso declarar que no volume de 1959 foi publicado trabalho de minha autoria sobre a evolução política do Brasil.

Sempre no espírito de obter a maior presença do Brasil nas atividades da UNESCO, Paulo Carneiro indicou como consultores os ilustres historiadores e sociólogos brasileiros: Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues.

Terminada a tarefa, anos após cogitou-se da realização de revisão, em grande parte considerando que a presença dos países africanos e asiáticos não tivera o devido realce. Neste trabalho novamente Paulo Carneiro se empenhou, e um dia, no Rio de Janeiro, conversamos sobre o seu desejo de que desta vez, ao invés de chamar grandes nomes da história brasileira, se pudesse atrair para o projeto um historiador mais jovem, mas igualmente qualificado. Sugeri-lhe então o nome do professor Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais, recentemente falecido, homem de grande cultura, que, embora tenha publicado poucos livros, era considerado no meio universitário uma grande figura de historiador, chamado sempre para bancas de concurso das Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Paulo Carneiro entrou em contato com Francisco Iglésias, teve confirmado o meu julgamento, e indicou-o para fazer parte da equipe da 2ª edição da *História*. Trabalhos diversos têm retardado esse empreendimento, que até agora não se concretizou, mas a presença de Francisco Iglésias nos trabalhos de revisão foi de extrema utilidade.

É interessante comentar um episódio na elaboração da *História científica e cultural da Humanidade*. Iniciou-se uma campanha, alegando que a Comissão era composta de ateus e livres-pensadores, campanha que ia tomando corpo no Instituto Católico Francês de Ensino, então muito poderoso. Paulo Carneiro foi então procurar o Núncio Apostólico Monsenhor Roncalli, futuro João XXIII e lhe expôs a situação. Disse o prelado: “Aceite um convite do reitor do Instituto Católico para participar de um debate. Vou dar a ele uma surpresa, vou chegar lá, e ao chegar presido o debate.” E assim fez o Monsenhor Roncalli: com espanto de todos, presidiu o debate e encerrou o assunto em uma hora de discussão.



Paulo Carneiro organizando os arquivos do Museu Augusto Comte. Paris, s.d.
Acervo Família Carneiro.

Aspecto importante da obra de Paulo Carneiro foi sua devoção ao movimento positivista e à divulgação das obras de Augusto Comte. Ao chegar em Paris em outubro de 1927, dois dias depois foi à casa da rua Monsieur le Prince 10, onde Augusto Comte passara os últimos dezesseis anos de sua vida e onde morrerá, e encontrou o imóvel num estado de maior abandono. Recebeu logo o direito de examinar os arquivos e manuscritos ali existentes. Às sextas-feiras, no final da tarde, depois de encerrado o trabalho no laboratório, ali comparecia e passava o sábado inteiro remexendo com interesse os papéis. O apartamento tinha sido inteiramente desfigurado, mas encontrou papel que mencionava o inventário judicial feito dias depois da morte de Augusto Comte. Levou dois anos para achar o inventário, que estava arquivado com um notário. De posse desse documento pôde reconstituir o apartamento tal como se encontrava no dia da morte. Com recursos também de sua família pôde expelir o locatário do andar térreo e adaptá-lo para receber todo o material. Possuidor desses arquivos, uma vez inventariados e dispondo de numerosos inéditos, Paulo Carneiro passou a divulgá-los na coleção com o título *Arquivos Positivistas*, cujo primeiro volume foi publicado em 1939, e quatro volumes de parte da correspondência, todos apresentando um prefácio volumoso, com o exame da importância da correspondência, e sobretudo o último que tratava das relações de Augusto Comte com Clotilde de Vaux.

Por isso pôde dizer o editor Pierre Seghers:

O nosso país deve a Paulo Carneiro o Museu Augusto Comte, sediado no próprio apartamento do fundador do positivismo, à Rua Monsieur Le Prince 10. Filho espiritual do filósofo, nosso amigo brasileiro consagrou o tempo e parte dos vencimentos a essa obra de piedade, onde se encontram reunidos todos os livros que constituem a biblioteca de Augusto Comte, dispostos na mesma ordem que este os mantinha. Queira Paulo Carneiro aceitar o nosso agradecimento pelo exemplo que nos dá, a nós franceses, ao encarnar esse homem.

A restauração foi feita com extremo cuidado; basta mencionar que Paulo Carneiro certa vez foi a Lyon para encomendar os panos de parede que ornavam o apartamento, exatamente do mesmo tecido e desenho como em vida do pensador.

Paulo Carneiro foi um grande orador, tanto em português quanto em francês. Monsenhor Roncalli ao encontrar um brasileiro declarou: “Felicitó por ser compatriota do embaixador Paulo Carneiro, hoje um dos melhores oradores de língua francesa. A conferência por ele realizada no quinto centenário de Isabel a Católica foi notabilíssima.” E Etienne Gilson, o grande filósofo, professor do Colégio de França, referia-se em carta respondendo a pedido feito por Paulo Carneiro: “A incumbência me vem de um dos mais perfeitos oradores franceses que já tive oportunidade de escutar. Eu jamais vos esqueci, nem do meu deslumbramento em vos ouvir.”

Não assisti a nenhum discurso de Paulo Carneiro em francês, mas tive a ventura de ouvir alguns de seus pronunciamentos em português, como o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Clementino Fraga, o discurso recebendo Roger Caillois como sócio correspondente da mesma Academia, a conferência pronunciada em 1973 sobre o grande amigo professor Francisco Venancio Filho, e o discurso de agradecimento por ocasião do octogésimo aniversário. De todos eles se saía com um sentimento de admiração, já pelo físico imponente que impressionava ao subir à tribuna, a voz forte e bela mas grave, o discurso bem concatenado, as pausas apropriadas, tudo fazendo dele um orador excepcional.

No discurso pronunciado quando da inauguração da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, mencionou o longo trabalho para que se chegasse àquele momento, desde a visita que fizera em companhia do Embaixador Sousa Dantas, em 1928, ao diretor da Cidade André Honorat, a colaboração de Lúcio Costa e de Le Cor-

busier para afinal mencionar a conclusão dos trabalhos. Declara afinal: “A Casa do Brasil se honrará sempre também de ser a Casa da França. As novas gerações dos dois países têm grandes tarefas a realizar em comum. Suas afinidades históricas e culturais lhes conduzirão em direção dos mesmos ideais e das mesmas causas.”

Paulo Carneiro viveu grande parte de sua vida em Paris e certa vez disse: “Paris foi, como acontece sempre, um reencontro amoroso. Estabeleceu-se de mim para Paris e de Paris para comigo um diálogo permanente, um diálogo de todas as horas. Andar pelas ruas de Paris é conviver com a história, é entrar nela, é participar de tudo que se fez de grande na evolução humana.” Conservou-se fiel ao seu país, com visitas freqüentes, e manteve pronúncia impecável. Por isso disse com razão Oto Lara Resende: “Paulo Carneiro viveu muitos anos em Paris para se tornar mais brasileiro, na finura de seu espírito, na inteligência perspicaz, na bondade natural que a educação afinou.”

Ao completar oitenta anos, uma comissão de figuras representativas da sociedade brasileira promoveu um jantar comemorativo no Museu de Arte Moderna, com o comparecimento de centenas de pessoas. Saudou-o Austregésilo de Athayde:

Os que acompanham a tua vida de trabalho, de devoção ao ensino, de pesquisa no campo científico, de devotamento a tudo quanto significa progresso para a Humanidade, a tua dedicação à ciência, quando ainda não saído da adolescência; a tua capacidade de magistério, porque a tua vocação, Paulo, tem sido a de ensinar.

O discurso de agradecimento, em tom autobiográfico, comenta as atividades, a formação positivista, e terminaria dizendo:

Seja qual for... em troca desta festa de carinho, de estímulo, de generosidade que vós me ofereceis, quero dizer-vos sob juramento que, seja qual for

esse tempo, não passará um dia sem que o consagre a remediar, na medida de minhas forças, esses problemas, seja na nossa terra, seja no nosso planeta, a terra da humanidade inteira, da qual o Brasil é magna parte.

Já doente, em estado grave, voltou ao Brasil, e se internou na Clínica Sorocaba, onde resistiu apenas alguns dias. Fui visitá-lo e ele fez questão de chamar-me ao quarto. Conversamos um pouco e disse: “Alberto, meu estado é grave mas sou otimista.”

Ao sucedê-lo na Academia Brasileira de Letras, José Guilherme Merquior apontou três lições de seus ensinamentos: a primeira, um precioso traço antigo, a aliança do humanismo e da ciência; a segunda, a cortesia, a civilidade e o desprendimento; e a terceira, a suma tolerância humana, intelectual e ideológica; tolerância que era como em contrapartida de sua ilimitada liberdade intelectual. “Juntas, essas três atitudes do espírito e da conduta trescalam o perfume mais inconfundível do *ethos* positivista, a soma de *pietas* e progresso à vontade de humanização da humanidade emancipada.”

O livro *Vers un nouvel humanisme*, de 1971, é o comprovante maior da adesão de Paulo Carneiro aos princípios do humanismo. Dividido em três partes, a primeira destinada à exposição sobre grandes figuras que representavam esse ideal, como Rondon, o amigo e protetor dos índios, Thomas Jefferson, e, no quadro da conjugação de ciência e humanismo, Galileu. Ele se transforma em crítico literário para examinar as poesias de Cecília Meireles em tradução francesa, impregnadas também de alto sentido humanista.

Na segunda, o mesmo tema aparece ao examinar a comparação entre o mundo antigo e o novo mundo, o passado e o futuro da Europa, a criação do Instituto Latino-Americano de Estudos Africanos, a integração econômica da América Latina e a obra civilizatória e cultural dos jesuítas.

Na terceira parte, algumas das grandes contribuições no quadro da UNESCO, como o socorro às crianças gregas, o papel da UNESCO na América Latina, os cem milhões de crianças sem escola, o seu programa na presidência da Conferência Nacional da UNESCO e um estudo da UNESCO sobre a paz. Ele concluiria dizendo: “A Humanidade não poderá oferecer a medida de suas possibilidades no domínio intelectual e moral, enquanto não se sentir definitivamente instalada no clima de paz indispensável ao desenvolvimento de seus mais nobres atributos.”



Paulo Carneiro assinando o Livro de Posse na Academia Brasileira de Letras, em 4 de outubro de 1971. Acervo Arquivo da ABL.

Paulo Carneiro: um acadêmico

MARCOS ALMIR MADEIRA

Já me acudiu dizer que o mundo moderno trabalha na organização do exagero – nas máquinas, nas almas, nas palavras. E como o exagero é sempre uma fuga da realidade, teremos de concluir que somos um mundo arrogantemente ingênuo, mas não raro também conduzido pela contradição e a farsa.

Nesse quadro de patologia social que se agrava, é claro que indivíduos e grupos não são agentes ativos, mas passivos, na formulação de idéias e avaliações equivocadas, que brotam na comunidade como por um processo de inseminação artificial. Estou aludindo a uma certa modalidade de narcotráfico, que inebria, polui ou paralisa o senso crítico, por uma espécie de maceração da inteligência, de imbecilização do gosto e das formas de julgamento.

Eis aí a caracterização dos expedientes propagandísticos, notadamente os audiovisuais, como operações compressoras da mente, um dos mais insidiosos processos de coação em nossos dias. Coação é a palavra: aí está uma nova indústria, a embutir, também na produção

Palestra pronunciada em 6.II.2001, no ciclo organizado pela Academia Brasileira de Letras, em comemoração do centenário de nascimento de Paulo Carneiro, sucessor de Clementino Fraga na Cadeira nº 36.

intelectual, os arranjos e as tramas do anúncio, da contaminação dos cérebros pela sugestão do cartaz. É a técnica da repetição ladina.

Por influências, pressões e técnicas forasteiras, boa parte do nosso mundo brasileiro, drogado pelo estilo da propaganda invasora, passou a ser um balcão. De certo modo, já não há eleitores nem leitores; há fregueses. Muitos, inconscientes porque turbados pela insídia das *pesquisas* de escritório. Assistimos ao tragicômico: a *cocacolinização* da inteligência. Exaltamos a liberdade e nos fazemos prisioneiros do anúncio, a tautologia maliciosa.

A apuração dessas verdades incômodas, que marcam nossa atualidade, abona a conclusão de que a Academia Brasileira de Letras fez bem em dedicar a Paulo de Berredo Carneiro não apenas uma sessão formal, mas um ciclo de estudos sobre a benemerência da sua lida como homem de pensamento e de altos préstimos à cultura brasileira. Agiu com sabedoria esta Casa, folgo em redizer, já que o nosso confrade não provou da popularidade literária merecida. Não foi um intelectual trombeteado. Não contratou a fama em agências especializadas. Por isso mesmo, a homenagem que aqui lhe prestamos, estudando-lhe e divulgando-lhe a obra, tem alcance moral, educativo: envolve uma reparação pelo preenchimento de um silêncio ou de uma omissão, mais ou menos antiga, em torno da sua obra. Lamentavelmente, teremos de reconhecer que essa omissão não ocorreu no exterior, mas aqui mesmo, excetuados certos círculos científicos e de magistério.

Uma tal popularidade meio rala, ou escassa, explica-se, mas não se justifica. Paulo Carneiro, altamente culto, era um espírito de corte acadêmico, de afinidades visíveis com os paradigmas europeus – bem principalmente franceses – e particularmente com o humanismo embebido no positivismo comtiano, a que se manteve fiel e era, já naquela altura, uma doutrina com reduzida força de motivação. Esvaía-se. Mas a integração de Paulo naquela filosofia não sofreu

eclipses; era um positivista de raiz, entranhado, vivo exemplo de teimosia idealista e, como observou com a agudeza de sempre Miguel Reale, o próprio meio doméstico, em termos de inspiração paterna, o levara ao magistério de Comte.

Quando o perdemos, já sentíamos as ameaças de invasão cultural acionada pelas máquinas de propaganda norte-americanas. E as camadas jovens, num mundo audiovisual como o nosso, começavam a aderir aos acenos televisados do pragmatismo ou do utilitarismo, como plano e proposta de vida feliz e de êxito rápido.

Ora, nosso colega exemplar, negação de tudo isso, conservador no sentido de aspirar ao *progresso* em *ordem* – “nem o imobilismo na ordem nem a desordem no movimento” – era, por isso mesmo, como já salientei, um espírito acadêmico. Não esqueçamos que Afrânio Peixoto, que sabia pensar e dizer, apontou na Academia Francesa um dos pilares da *ordem* na Europa.

Não é hora de discutir o conceito de *ordem* em seus desdobramentos sócio-filosóficos; mas a verdade é que alguma coisa não mudou: a *ordem*, como preservação do sentido de equilíbrio e sobriedade, os caminhos mais curtos para a polidez essencial; ordem que realmente marca o chamado espírito acadêmico.

Mas a *ordem*, na filosofia do positivismo, não é um conceito excludente ou hermético; acompanha-o o apelo ao *progresso*, apelo que está no verde e amarelo da nossa bandeira. E foi essa flexibilidade de pensamento, essa vocação de equilíbrio e harmonia, essa junção de valores só aparentemente opostos, o que inspirou a própria Academia Francesa a consagrar com o seu voto o cineasta René Clair e, o que é mais significativo, o revolucionário da dramaturgia, Ionesco, expoente do “teatro do absurdo”, para dar apenas dois exemplos. E é de ver, no discurso de posse de ambos, o zelo acadêmico, a dignidade da linguagem, sem qualquer incidência em vulgaridades, ou extravagâncias, nem as nódoas do falso modernismo

O anseio de Paulo Carneiro, conjugando *ordem e progresso*, não o afastaria, já disse, de certos mandamentos do espírito acadêmico. As academias, as legítimas, quando fiéis a si próprias e à sua origem, não cultivam o imobilismo, a estagnação, a paralisia das idéias, dos métodos, processos e técnicas que dirigem a dinâmica do pensamento humano.

De algum modo, ou até certo ponto, o acadêmico e o positivista Paulo Carneiro se irmanam. O Positivismo exclui do seu feixe de princípios a filosofia agressiva de Danton: “Só se constrói quando se destrói.”

Augusto Comte acreditava na evolução social “reflexiva”, como diria Saint-Simon; não nos movimentos políticos de efeito suspensivo brusco. Vía a evolução da sociedade sob uma ótica de ciência e não de política pura e simples, estuário de paixões e negativismos sumários.

Também o espírito acadêmico nasceu aberto, receptivo, envolvente. Convém lembrar que num dos frisos de Parthenon grego, já se podia ler a advertência: “Aqui não entra quem não for geometra.”

A Casa dos Filósofos e dos Poetas estava em boa lógica: a geometria ensinava a medida, o equilíbrio, o senso da proporção, a harmonia das formas. E essa convivência de vocações, aspirações e saberes assim tão diversificados, sem esquecer o eterno Platão, a filosofar para os seus discípulos entre as aléias do Jardim de Academus, porventura não nos trará mais uma confirmação de que o pluralismo cultural, tão propalado em nossos dias, é fruto e flor do gênio acadêmico? E Paulo Carneiro acrescentaria: tanto quanto o terá sido a *Religião da Humanidade*, essência do Positivismo.

Conviria analisar a sua dedução: aquela *religião* comtiana legou-nos, a bem pensar, um exemplo precursor de ecumenismo cultural.

Quando Paulo Carneiro se decidiu a disputar uma cadeira nesta Casa, agiu por sua lógica pessoal de homem extremamente civilizado e porque via na instituição acadêmica a afirmação de um sentido universalista da cultura, outra dominante no corpo de doutrina do Positivismo.

Somos aqui a variedade dos pendores, a comunhão das diferenças, a disparidade dos centros de interesse. Somamos ou temos somado, sob este teto, além da literatura em prosa e verso, medicina, diplomacia, clero, magistratura, magistério, advocacia, militância de terra e mar, pesquisa científica, jornalismo, filosofia, historiografia, ciências sociais. Por isso somos uma academia. Associação de escritores é outra coisa.

Falando às senhoras e senhores inscritos neste seminário, venho lembrar que Osvaldo Cruz, aquele emérito sanitarista que debelou a febre amarela no Rio de Janeiro, foi também acadêmico. E ele próprio picou a sua eleição com esta sátira: “Pela primeira vez a Academia elegeu um mata-mosquito e o Rio vai vê-lo de fardão.”

E Santos Dumont? Outro expoente, já agora do invento e por isso eleito. Não chegou a pousar nesta Casa. Faleceu antes da posse.

Paulo Carneiro não foi um escritor de ofício ou de carreira. Gilberto Freyre registraria: não foi um escritor *literário*. Mas foi, por definição e excelência, um ser acadêmico. Desde logo porque tinha o sentido superior da cultura e primava pela polidez intelectual, rival da outra: pessoal. Homem de elegância para vestir as idéias e vestir-se. Característica dominante: a sobriedade, a distinção. Além do mais, respirou sempre em climas de alta cultura, notadamente na Europa.

Não deixou, em livro, obra farta, mas forte, já como homem de pensamento, já como cientista especializado.

Disse eu que não eram muitos os seus volumes publicados. Mais pródigo, aliás, que Graça Aranha, eleito acadêmico em estado de vir-

gindade literária: não havia publicado um só livro. E Afrânio Peixoto, acadêmico modelar, só um tinha lançado, e ele próprio o refugou.

Num autor de obra vasta, contados os volumes na ponta dos dedos, bem pode ser que a soma final não perfaça o total desejado: um acadêmico. Claude Bernard – um só exemplo francês – concorreu e foi eleito à Academia apenas com o seu tratado de fisiologia, pela bela razão de que a obra era modelo de elegância de estilo e pureza de linguagem.

Já que está em pauta a ciência médica, não resisto a reproduzir aos meus ouvintes aquele delicioso fecho do discurso com que o sutilíssimo Renan recebeu na Academia Francesa o mestre da bacteriologia: Pasteur. De ironia em ironia, foi o escritor perorando: “Monsieur Louis Pasteur: Vous êtes la science; nous sommes, dans la plus part, la littérature. Vous êtes la recherche, nous sommes l’imagination; vous êtes la certitude, nous sommes le doute. Soyez le bienvenu, Monsieur Louis Pasteur.”

Estou pondo em baíla um exemplo de finura na ironia, como expressão de um espírito acadêmico. Folgo em lembrar que Paulo Carneiro, bem principalmente na palavra oral, sabia ironizar, sem nenhuma concessão ao sarcasmo cru.

Um dia, em Paris, numa caminhada pela beira do Sena, deu-me vontade de conversar com um mendigo, que lá estava com a sua boina, o seu jornal e a sua garrafa de vinho. O homem, um *clochard* autêntico, armazenara idéias surpreendentes sobre a política francesa. Foi então que eu disse ao meu amigo, cicerone exímio: – Já pensou em como seria interessante uma conversa desse homem pobre, mas não um pobre homem, com uns tantos políticos do Brasil.

E o nosso Paulo instantâneo: – Não haveria problema: os mendigos daqui são até piedosos.

Mudando de pólo: outra característica espiritual em Paulo Carneiro, ou uma das suas posições filosóficas mais nítidas, estava no zelo, não vagamente do passado, mas do passado inspirador. Tinha

o sentido dinâmico dos valores pretéritos. Não era um contemplativo da História, só porque fosse História. Mas, se não tinha o vezo do passadismo puro e simples, — e realmente não tinha — também é certo que seu mundo nunca seria o do imediatismo sumário, forma tosca de pragmatismo, porta aberta ao materialismo de concepção e de ação. Não lhe faltou uma alta e larga perspectiva do fato histórico, também no campo da criação literária — e ainda isso realçava a inteireza do seu espírito acadêmico e do seu humanismo.

Nesta nossa atualidade eriçada de paradoxos, não esconderia a sua perplexidade e suas decepções. É que para uma grande parte dos de hoje — bem principalmente para os grupos jovens, intoxicados, não raro, por um ensino capcioso — para uma grande parte, ia dizendo, a literatura parece ter acontecido agora. Apenas um exemplo: o mais definido pioneiro ou expoente do moderno romance social neste país, José Américo de Almeida, tem sido, não poucas vezes, omitido nas listas de prioridade. E frequentemente pecam por essa exclusão vários que nele se inspiraram, se é que não o imitaram. Omissão desse tipo não tem sido apenas fruto de incultura; em certos casos, fruto mesmo de improbidade ou má-fé. Tudo isso é o oposto da posição de Alceu Amoroso Lima em seu famoso louvor de 1928, precisamente ao vanguardismo de José Américo, seguido, mais tarde, por Guimarães Rosa, que nele apontou, entre nós, o abridor do caminho para o modernismo literário na criação romanesca. E façamos justiça a Rachel de Queiroz, que disse, falando na Academia: “Ele foi o pai de todos nós.”

Também no campo da pesquisa científica, campo de Paulo Carneiro, o ilustre Doutor Eduardo Osvaldo Cruz, aludia, aqui mesmo, na semana passada, a um desbravador esquecido — João Baptista Lacerda — sobre quem eu mesmo, em Paris, em companhia do próprio Paulo, ouvi na Seção de Antropologia da Sorbonne, comentários ex-

tremamente expressivos. Nada melhor para mim; João Baptista Lacerda era fluminense – e, como se não bastasse, campista...

A recordação destas coisas faz-me lembrar o que disse, para meu espanto, um alto diplomata norte-americano, a quem revelei que minha filha, a meu pedido, procurara em Nova York, na Flórida e Atlanta, um pequenino busto de Roosevelt, para fazer companhia, na minha biblioteca, aos de Churchill e De Gaulle, dois outros pró-homens da Segunda Guerra Mundial. Resposta do diplomata, amável criatura pela simpatia e comunicabilidade: – “Professor Madeira, vai ser difícil comprar esta peça. Roosevelt já é assunto antigo: morreu há uns cinqüenta anos.” *No comment...*

Será que para o jovial diplomata a história política dos Estados Unidos terá também principiado agora?...

Alonguei-me na digressão, mas suponho que ela tenha favorecido a intenção de assinalar uma filosofia imediatista precisamente. Por certo, era a não-filosofia de Paulo Carneiro. A dele foi produto, repito, de um espírito acadêmico, vertente do seu humanismo profundo.

Essa conjunção de pendores, pondo um nexos de continuidade entre humanismo, academismo e positivismo, muitas vezes se revelou, como, por exemplo, em seu discurso de posse nesta Casa.

Transparece a inspiração positivista do pensador e do cientista até mesmo na linguagem. Começa por lembrar que as academias não são apenas “cenáculos literários”; formam “o pensamento vivo das nações”. Esse “pensamento vivo”, *la pensée vivante*, tão presente nas formulações teóricas de Comte, torna-se ainda mais significativo por vir associado não apenas à nação – no caso, ao Brasil – mas *às nações*.

Era o senso de universalidade, tão inerente à mensagem do próprio Comte. E mais arrojado se tornou quando identificou nas academias (textualmente) “laboratórios de experiências... abrigos, ao mesmo tempo que fontes renovadoras da língua, da tradição e dos costumes”. Era a concepção de uma *ordem* que não estancasse o *pro-*

gresso. Não queria ele para as academias uma vida de marfim, no confinamento da *torre*. E meditemos nesta outra reflexão, também de alto interesse acadêmico, no esplêndido discurso de posse: “À medida que a civilização se apura e se avoluma o seu patrimônio cultural, tornam-se (as academias) a consciência e a memória da humanidade.”

Aí está, no tom positivista da palavra, a valorização do papel social das academias, em termos precisos de espírito seletivo, que outra coisa não é senão o que marca, em Paulo Carneiro, a produção de índole mais literária. Da científica não é minha tarefa tratar – nem poderia ser.

Estou a pique de lhes dizer que onde os atributos do escritor acadêmico mais se acentuam é na literatura sintética e sóbria dos discursos de louvação. É a técnica da biografia enxuta – perfis que não se perdem na apologia de circunstância, nem no formalismo das gentilezas de convenção e muito menos na adjetivação untuosa. Nada disso condiria com ele; estaria conflitando com o que mais a fundo o espírito acadêmico rejeita: as demasias na ênfase, o estrepitoso, o descomedido ou aquilo que tanto apoquentou Rui Barbosa na oratória do seu adversário J.J. Seabra: “Zabumba, lanternins e foguetório.”

Não, nas sínteses biográficas do perfeito e saudoso narrador de vidas úteis, não há o ribombante nem o enxundioso; o que há é o sabor do elogio implícito e discreto. Há o acadêmico.

Em vez da adjetivação gordurosa, o pensamento leve, liso. Nada de crespo. Sem arabescos na frase, nunca tortuosa. Bem ao contrário: comunicativa, sem sombras, sem qualquer obscuridade, aquela clareza que também é arte.

Será interessante notar que foi o país da clareza no pensar e no dizer onde mais se editaram os estudos biográficos de Paulo Carneiro, além dos estudos científicos e filosóficos, como aquelas robustas quatrocentas páginas de *Un nouvel humanisme*.

Mereceram por igual o destaque da crítica *Un penseur patriarche de l'indépendance du Brésil, Allocutions prononcées à la mémoire de Torres Bodet – Directeur Général de l'Organisation des Nations Unies*, e também *in memoriam* de Julian Huxley, ainda em edição da UNESCO.

No Brasil, na categoria de estudos biográficos, publicou um perfil literário de Roger Caillois, da Academia Francesa (foi o discurso com que o recebeu como sócio correspondente da Academia Brasileira). *Teixeira Mendes na Academia Maranhense de Letras*, outra contribuição que faltava à nossa história literária. *Clementino Fraga, o itinerário de uma grande vida* é trabalho de pesquisa realmente meritória. Eugênio Gudín, homem douto, engenheiro e economista discutido, foi outra personalidade vista com perícia pelo mestre da biografia sintética. Assim também *Mário Barbosa Carneiro, grande servidor público*.

Quanto a ensaios de alcance sociológico e histórico, será de desejar a republicação, pelo seu teor de atualidade, de *La protection des indiens au Brésil*, lançamento da Académie des Sciences Morales et Politiques, de Paris.

Sem dúvida, os pesquisadores brasileiros da História Política teriam uma nova e boa fonte nas páginas de *Une expérience politique d'inspiration comtienne au Brésil: la première Constitution de l'Etat de Rio Grande do Sul* – uma publicação da *Revue Internationale des Sciences Sociales*, também de Paris.

Mas o nosso embaixador na UNESCO – ele o foi brilhantemente – graduado em Química Industrial, exerceu o magistério na antiga Escola Normal do Rio e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Há educadores que nunca deram aulas, como professores, corretos no ofício, mas sem o sentido largo, ou social, da própria educação. Na ação pedagógica do mestre em Química Industrial havia, para sair da Química, um sistema de vasos comunicantes – vocações entrelaçadas; havia o docente e o pensador benéfico aos estudos de sociologia e filosofia da educação.

Foi um dos fundadores da benemérita ABE (Associação Brasileira de Educação), a que me coube a honra de presidir por duas vezes, com o seu voto tão honroso . Lá o conheci. Sempre douto e afável, na sala de sessões e à mesa do chá. Às vezes fazia-lhe companhia a admiradora infalível: sua Senhora, D. Corina. Casaram-se, também, sob o regime de comunhão de elegâncias.

Paulo de Berredo Carneiro: hoje você não assina o livro de sempre. Mas sua presença está em nós.

Paulo Carneiro no interior do
Instituto Pasteur, em Paris, c. 1930.
Acervo Família Carneiro.





Paulo Carneiro, cientista

EDUARDO OSWALDO CRUZ

~ Introdução

O presente trabalho apresenta alguns dos aspectos da atividade científica de Paulo Carneiro, sem a preocupação de salientar sua marcada atividade em outros campos de sua tão ilustre carreira.

Os dados aqui apresentados são baseados nos arquivos que consultamos na Academia Brasileira de Letras e na Academia Brasileira de Ciências, assim como pela consulta dos originais de suas publicações em revistas de sua especialidade.

Muito devemos ao necrológio apresentado na Academia Brasileira de Ciências por seu colega e amigo Prof. Carlos Chagas Filho, assim como breves entrevistas com sua esposa D. Annah Mello Franco Chagas e o arquiteto e cineasta Mário Carneiro.

Foi com grande prazer que aceitei a solicitação da Presidência da Academia Brasileira de Letras para proferir esta conferência

Texto da conferência proferida na ABL, em 30.10.2001, durante o ciclo *Centenário do nascimento de Paulo Carneiro*.

O Prof. Eduardo Cruz é formado em Medicina pela Universidade do Brasil, com pós-doutoramento na John Hopkins University. Fez estágios em laboratórios da França, Holanda, Japão e Inglaterra. Foi membro do Conselho do CNPq, secretário-geral da Academia Brasileira de Ciências e diretor da Casa do Brasil em Londres.

como parte da série de homenagens que enaltecem a figura ímpar do Doutor Paulo Estêvão Berredo Carneiro, ilustre membro de nossas Academias.

~ A vida científica de Paulo Berredo Carneiro

Engenheiro, cientista, diplomata e sobretudo humanista, exerceu destacada atividade nas diferentes etapas de sua tão bem-sucedida carreira, e é com grande satisfação que apresentarei alguns aspectos de sua contribuição científica.

Foi em Paris que tive, ainda que brevemente, a oportunidade de conhecê-lo quando lá estagiava no Institut Marey, no laboratório integrante do Collège de France, dirigido pelos professores Alfred e Denise Fessard.

O saudoso Professor Carlos Chagas, meu patrão, que a ele devotava profunda admiração, aconselhou-me a procurá-lo pois afirmava muito ganharia conhecendo esta destacada personalidade.

Nessa época, também estudava em Paris seu filho Mário, voltando seu interesse para o estudo da arte cinematográfica, onde veio a ter destacada atuação no período de renascimento da cinematografia nacional.

Paulo Carneiro nasceu no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1901, vindo a falecer na mesma cidade em 17 de fevereiro de 1982, após longa estada em Paris.

Eram seus pais Mário Barbosa Carneiro e D. Maria Teodora de Berredo, ou melhor, D. Dorinha, como a chamavam os familiares e amigos. Ele de família mineira, ela natural do Ceará.

Mário Carneiro e sua esposa orientaram a formação de seus filhos principalmente pelo exemplo de suas vidas austeras e ilibadas. Eram poucos os recursos materiais durante a infância de Paulo, o que pos-

sivelmente resultou em seu desapego pela riqueza e mesmo pelos confortos proporcionados pelo moderno consumismo.

Em sua formação, recebeu Paulo forte influência pela orientação filosófica de seu pai, assim como pelos ensinamentos de Raimundo Teixeira Mendes, ambos seguidores e praticantes da filosofia propagada por Augusto Comte.

Desde cedo, demonstrou inclinação para a busca do saber e pela busca de explicação racional para os fenômenos naturais. Teve excelente desempenho em seu curso secundário, o que teria facilitado seu ingresso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que mais tarde passaria a integrar a Universidade do Brasil.

Em uma época em que os cursos superiores apresentavam uma restrita gama de escolha, optavam os jovens de então mais frequentemente pelos cursos tradicionais como o de Medicina, Direito ou Engenharia. A carreira militar e o clero eram outras duas opções oferecidas à elite dominante.

Dentre as possibilidades de especialização oferecidas pelo curso de Engenharia, a favorita era a modalidade Civil, na qual encontravam-se maiores possibilidades de obtenção de bons empregos, assim como melhores rendimentos.

Paulo escolheu, no entanto, a especialização em Química Industrial, atividade esta que não oferecia maiores possibilidades em termos de emprego permanente e lucrativo. É de se ressaltar que nossa indústria, à época, ainda ensaiava os primeiros passos, isto após a fracassada tentativa por parte do Barão de Mauá em implementar um parque industrial no país. Pouco se fazia aqui, e os produtos químicos necessários à manufatura eram todos importados dos grandes centros. Combustíveis, lubrificantes, tintas e a totalidade dos produtos farmacêuticos tinham sua origem no estrangeiro. A química industrial apenas se iniciava com a criação do parque industrial, promovida por Jorge Street no Estado de São Paulo.

Pouco ou nada era feito na química nacional, malgrado os esforços pioneiros do Barão de Vila da Barra no século precedente e da contribuição ao conhecimento desta ciência proporcionada por professores como Diógenes Sampaio, Morais do Vale e Martins Teixeira na então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foram estes dois últimos os autores dos primeiros tratados versando sobre química, escritos na língua portuguesa.

O estabelecimento das verdadeiras bases desta especialidade só seria atingido muito mais tarde, com a criação por Miguel Calmon das escolas de Química Industrial e depois com a fundação, no Rio de Janeiro, da Escola de Química e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Seu ingresso na Escola Politécnica coloca-o em contato com um dos líderes do Positivismo no país, o matemático Otto de Alencar, de quem recebe orientação para seu aprofundamento no pensamento comtista, cujos primeiros passos haviam sido dados graças aos ensinamentos de seu pai e à influência de Teixeira Mendes.

Na Politécnica, trava conhecimento com o Professor Júlio Lohman, figura extraordinária, não apenas pela erudição mas também por sua habilidade didática, e sobretudo por sua capacidade de estabelecer comunicação íntima com seus alunos, sabendo guiá-los e compreendê-los, obtendo de cada um o rendimento máximo de seu potencial intelectual. Deste contato resultou uma amizade duradoura, que nem o tempo nem as vicissitudes arrefeceram.

Seu desempenho no curso superior foi excelente, terminando como o primeiro colocado de sua turma, o que resultou na obtenção de prêmio de viagem ao exterior, concedido pela Escola Politécnica.

A sua escolha pela França para seu período de estágio reflete, acreditamos, não apenas o reconhecimento da pujança da tecnologia francesa como um contato mais íntimo com a memória de Augusto Comte (a França atravessava naquele momento um período de eufo-

ria e renascimento após a grande vitória na Primeira Guerra Mundial e o restabelecimento do prestígio, fortemente abalado pela derrota na Guerra Franco-Prussiana).

Na França, a química dava grandes passos com o desenvolvimento de novas técnicas analíticas e de determinação da estrutura molecular, assim como de métodos de síntese que permitiam a introdução e modificação de radicais ativos nas moléculas.

O apelo de Paris era, portanto, muito forte, seja pelo vigor científico de instituições como o Institut Pasteur, seja porque lá se encontrava, a chamar-lhe, o espírito de Augusto Comte, e antevia mesmo a possibilidade de reviver o sonho de Teixeira Mendes, que havia imaginado criar um templo devotado à Religião da Humanidade na própria casa de Clotilde de Vaux, musa inspiradora de Comte.

Chega a Paris em 1926, pouco depois de seu casamento com D. Corina de Lima e Silva, senhora de notáveis prendas intelectuais e grande beleza.

Iniciou suas atividades no casarão da Rua Doutor Roux, estabelecimento criado em homenagem a Louis Pasteur, construído por subscrição pública e com substancial auxílio financeiro de quatro mecenas, um dos quais Dom Pedro II, amigo particular de Pasteur, com o qual manteve extensa correspondência em assuntos científicos.

Se me permitem a digressão, vale mencionar que era grande a preocupação de Dom Pedro II pelo desenvolvimento da cultura e ciência no país. Havia ele tentado atrair o grande fisiologista alemão Emil du Bois-Reymond para vir ao Brasil criar um Instituto de Fisiologia. Em sua correspondência com Pasteur encontramos convite para vir estudar o flagelo que assolava o país, a febre amarela. Pasteur declinou o convite, alegando que no momento estava dedicando seus esforços ao desenvolvimento da vacina anti-rábica, assunto que considerava prioritário devido a sua universalidade de ocorrência. No campo das artes procurou interessar Wagner a vir ao país e criar um

Conservatório de Música. Das várias tentativas que realizou, foi bem sucedido em fixar o destacado astrônomo francês Emmanuel Liais, que aqui permaneceu por vários anos na direção do Observatório Nacional, instituição à qual devotava especial interesse, pois era astrônomo praticante, ainda que amador, havendo mesmo apresentado comunicação científica em revista científica desta área. Creio que Dom Pedro II, juntamente com o Imperador Hiroito do Japão e o Príncipe Ranier de Mônaco, são os únicos monarcas coroados a terem trabalhos científicos publicados.

Durante suas estadas na França, Dom Pedro II freqüentava as reuniões da Académie des Sciences, e sua participação ativa em assuntos científicos levou a sua indicação como membro estrangeiro da prestigiosa The Royal Society, a primeira Academia de Ciências criada no mundo.

Anos antes, pouco depois da morte de Pasteur e já sobre a direção de Roux, o Institut Pasteur havia recebido o primeiro brasileiro, Oswaldo Gonçalves Cruz, que aí fora aceito sem cobrança de taxas, como prova de reconhecimento ao suporte financeiro proporcionado pelo Imperador por ocasião da construção da nova sede.

É no Instituto Pasteur que Paulo Carneiro inicia sua carreira científica, sob a orientação de grandes mestres daquela Casa e alicerçado nas sólidas base adquiridas na Escola Politécnica.

Entra em contato com extraordinárias personalidades, que deram origem a importantes linhas no desenvolvimento da química orgânica; o eminente Fournau, que revolucionava a química terapêutica, ramo este que teve grande desenvolvimento na França nos anos entre as grandes guerras, a quem devemos o esclarecimento do papel desempenhado em sistemas biológicos pelos oligoelementos, ainda que severo e ríspido soube atrair um número de talentosos jovens como o casal Trefouel, Francisco Nitti e o casal Bovet. Daniel Bovet seria mais tarde laureado com o Prêmio Nobel.

Outra notável personalidade foi Gabriel Bertrand, profundo conhecedor das mais modernas técnicas bioquímicas, um verdadeiro virtuoso da técnica laboratorial.

Na formação de jovens cientistas, que o procuravam para o programa de doutorado em ciências, adotava um procedimento pouco comum, proporcionava um mínimo de auxílio na solução do problema experimental e, quando alguma dificuldade era encontrada, deixava-os desenredar por si mesmos o problema. Tal procedimento é, sem dúvida, eficaz quando o candidato reúne as qualidades necessárias para se beneficiar dele, preparando-o para uma verdadeira auto-suficiência. Pode, no entanto, ser desastroso para os de menor capacidade.

Os quatro anos passados no Instituto Pasteur, cobertos pela bolsa de estudos patrocinada pela Escola Politécnica e no período final complementados pelo mecenas Lineu de Paula Machado, conferiram a Paulo Carneiro o embasamento científico que iria assegurar sua futura carreira.

Sua atividade no Pasteur leva à preparação de longo manuscrito, que é submetido como sua tese de Doutorado, defendida, com grande êxito, na antiga Sorbonne. Foi um dos primeiros brasileiros a obter este título

Sua tese versou sobre o estudo do nosso guaraná (*Paullinea cupanea*), onde são apresentados vários aspectos da botânica e composição química, complementados por um estudo das ações biológicas deste produto natural. Na escolha do tema de sua tese vemos a definição final de sua vocação, o estudo da natureza, tendo como base o conhecimento científico, uma reafirmação de seu credo positivista.

É útil referir que mais tarde encontraremos muitas vezes o emprego de modernas técnicas de estudo avançado em temas de interesse local ou, para falar no jargão de hoje, *de interesse nacional*.

Dentre os pioneiros nesta área, devemos citar os nomes de Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro natural da Bahia, que havia

sido designado pela Rainha Dona Maria para explorar as riquezas minerais, botânicas e animais da região do Amazona. Os resultados desta verdadeira epopéia, na qual o autor cobriu mais de 40 mil quilômetros, a pé ou em canoa, resultou em tratado de grande vulto, que somente após sua morte foi publicado, graças ao esforço de sua esposa, quando de sua volta a Portugal.

Durante o vice-reinado de Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, outro brasileiro, o Frei José Mariano da Conceição Veloso, acompanhado por seu secretário e desenhistas, percorreu a serra e o litoral do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro. Em 1790, seu trabalho, resultante de oito anos de esforços, é publicado com a denominação *Flora Fluminense, estudos preliminares*.

Esse trabalho reúne as descrições e figuras de 1.640 vegetais brasileiros e plenamente justifica a denominação de Frei Veloso como o pai da botânica brasileira.

Mais tarde, já agora em pleno Império, é que os estudos dos produtos naturais atingem sua maturidade científica. Os estudos não se restringem à mera descrição morfológica das plantas e à referência a possíveis efeitos curativos atribuídos à dita *Sabedoria Popular*.

Os precursores dessa linha de estudo são o silesiano Theodor Peckolt e o brasileiro João Batista de Lacerda, ambos trabalhando no Museu Nacional. Cremos ser justo acrescentar a esta lista o nome de Couty, cuja vinda ao Brasil é resultante da prolífica troca de correspondência entre D. Pedro II e cientistas europeus, como Pasteur, du Bois Reymond e Arago.

Peckolt estudou sistematicamente os componentes de nossas plantas tropicais, tendo-os identificados em mais de 600 espécies. Couty e Lacerda estudaram os efeitos farmacológicos de extratos de vários vegetais sobre a circulação e respiração, assim como tentaram determinar o efeito venenoso do curare empregado por várias tribos do Amazonas e Orinoco. Sobre este tópi-

co retornaremos mais tarde, quando comentaremos a atividade de Paulo Carneiro durante sua segunda permanência no Instituto Pasteur.

Paulo Carneiro retorna ao Rio de Janeiro em 1931, ocasião em que duas instituições procuram obter seus serviços: o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional de Tecnologia.

O Instituto Oswaldo Cruz, então sob a direção de Carlos Chagas, recentemente alargara seus horizontes científicos com a abertura de um departamento dedicado à Fisiologia, este, contando com a figura da Miguel Osório de Almeida, membro de nossas Academias. É ali que se dará a recepção acadêmica ao cientista e humanista de retorno à pátria. Infelizmente, por motivos burocráticos, não foi possível efetivar a contratação. A outra opção foi então adotada; recebeu-o o Instituto Nacional de Tecnologia, recentemente criado pelo dinamismo de Fonseca Costa. Este, acreditou Paulo Carneiro, estaria mais próximo de seu ideal de uma ligação estreita com o desenvolvimento industrial do país. Somava-se àquela ligação a possibilidade de intercâmbio com seu dileto amigo Rubens Descartes de Garcia Paula, que ali desenvolvia estudos sobre os princípios ativos de planta brasileira, a erva-mate.

É nomeado professor de Química Geral da Escola Politécnica em 1932 e chefe do Laboratório de Química Vegetal e Animal do Instituto Nacional de Tecnologia em 1933.

Sua estada nessa instituição foi no entanto curta, pois aceitou em 1935 o convite do Governador do Estado de Pernambuco para assumir a posição de Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio.

Insatisfeito com o clima político, decide reassumir sua carreira científica. E para tanto retorna a Paris, reintegrando-se, em 1936, ao Instituto Pasteur, como encarregado de pesquisas sobre o curare. Reinicia então o que seria a fase final da sua atividade científica, de 1936 a 1941.

Permitam-me agora uma digressão, que espero seja útil na compreensão da atividade científica desenvolvida por Paulo Carneiro nos anos que se seguem.

O curare é uma substância obtida a partir de extratos vegetais, empregada por várias tribos indígenas habitantes da região das bacias do Amazonas e do Orinoco. Esse veneno, aplicado às pontas de flechas, dardos ou zarabatanas, apresenta a propriedade de imobilizar os animais atingidos, promovendo sua queda dos ramos das árvores em que se abrigavam ou impedindo sua fuga, após atingidos, promovendo sua morte em poucos minutos. Os animais assim capturados podiam, apesar do veneno, servir como alimento, sem que qualquer efeito tóxico afetasse aqueles que o ingeriam.

O preparo desse produto era feito por meio de extratos obtidos por várias formas partindo de vegetais, primariamente de espécies *Chondrodendron* da família *Loganiaceae*. O curare bruto é uma substância resinosa de cor marrom escuro ou negra, de consistência pegajosa ou dura. O nome é derivado da denominação indígena *urari* ou *urarli*, que significa veneno. Eram classificadas, pelos europeus, conforme o tipo de embalagem em que eram acondicionados, Calabash em vasilhames ou cuias e tubo curares quando armazenados em tubos construídos por segmentos de bambu.

A Europa toma conhecimento da existência do curare em 1595, quando *Sir Walter Raleigh* obtém, na Guiana Inglesa, uma amostra desta droga.

Esse “veneno” foi assunto de estudo por parte de um dos fundadores da moderna fisiologia, o grande sábio francês Claude Bernard. Seu estudo, publicado em 1864 e mais tarde incluído em seu livro *Introduction à la Médecine Experimentale*, constitui um exemplo de dedução baseado em experiências simples e cuidadosa observação. Esses resultados serão em 1882 confirmados por outro notável fisiologista, Vulpian.

Percebeu ele que o curare levava à paralisia dos músculos e que a morte resultava da paralisia da musculatura respiratória, levando à asfixia. O veneno, conduzido pela circulação, agia sobre todos os músculos do animal, não sendo um fenômeno restrito ao local no qual a presa era atingida.

A introdução de uma ligadura em um dos membros, bloqueando a circulação na região, impedia sua ação sobre a motricidade da região distal à ligadura. Um movimento de contração reflexa, produzido pela estimulação do membro afetado, promovia a movimentação do membro protegido pela ligadura.

Além do mais, a estimulação elétrica do músculo paralisado era ainda eficaz, o que indicava que o agente não bloqueava o poder contrátil do músculo e também que não bloqueava a condução nos nervos envolvidos no desencadeamento do ato reflexo. Concluiu afirmando que a ação do curare era exercida sobre o mecanismo mediador responsável pela transmissão da mensagem do nervo para o músculo.

Na época em que foi apresentada esta interpretação, ainda era desconhecido o mecanismo da transmissão do impulso do nervo para o músculo, o que agora sabemos depender da liberação de substâncias químicas ao nível dos terminais nervosos, a denominada Placa Motora.

A composição dos curares é extremamente complexa, e os vegetais empregados em seu preparo variam conforme a tribo que os utiliza. Uma revisão histórica referente a esta droga pode ser encontrada na publicação, em 1935, de um estudo de Luís de Lima e Silva, do Instituto Nacional de Tecnologia, trabalho certamente inspirado por Paulo Carneiro.

Para o emprego racional de determinado produto natural faz-se necessária a determinação do princípio ativo, mormente quando em sua preparação são encontradas diferentes plantas e em quantidades

desconhecidas. A determinação do componente ativo é trabalho que requer profundo conhecimento dos métodos de isolamento, intenso labor, rigor experimental e sobretudo muita paciência.

Neste sentido desenvolve Paulo Carneiro intensa atividade durante os anos de 1938 e 1939. Neste curto período publica seus resultados em uma série de notas que aparecem nos “Comptes Rendues à la Académie des Sciences”, no *Bulletin de la Société de Chimie Biologique* e nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*.

Nestas, apresenta a composição química dos princípios ativos do curare, identificando-os como *Strycholethalina*, com a composição ($C^{22} H^{27} O^4 N$) e a *Curarelethalina* ($C^{25} H^{34} O^7 N$).

Uma visão global do histórico do veneno paralisante é por ele apresentado em uma conferência proferida em 1945, na Academia de Ciências e Letras de Lisboa.

Anos mais tarde, em 1956 e 1957, colabora com antigos colegas italianos do Pasteur, agora lotados no Istituto Superiori di Sanità, publicando duas notas sobre problemas correlatos, não mais como investigador principal e sim como colaborador.

Com essas publicações, fica assinalado o término de sua carreira como pesquisador e marcado o início de sua brilhante carreira como representante brasileiro em organismos internacionais, como a UNESCO.

No país já havia desempenhado importantes funções técnicas, sendo nomeado professor de Química e História Natural da Escola Normal do Rio de Janeiro (1922 a 1927); químico no Instituto de Química do Ministério da Agricultura (1925 a 1927); professor de Química na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1932-1934); assistente chefe do Instituto Geológico e Mineralógico (1933 a 1935), e Secretário de Agricultura de Estado de Pernambuco.

Ao longo de sua carreira, foi agraciado com várias distinções, tendo sido nomeado membro da Academia Brasileira de Ciências em

1939 e da Académie des Sciences da França. Recebe em 1940 o Prêmio Nativelle, concedido pela Académie de Medicine de Paris, em reconhecimento de sua contribuição ao conhecimento dos efeitos dos curares.

Em 1971, é eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira 36, de Teófilo Dias.

Sua carreira como homem público em nível internacional tem início com sua designação como técnico assistente do Escritório de Publicidade e Expansão Comercial do Brasil em Paris (1938 a 1944) e técnico assistente do Ministério do Trabalho em 1944. É designado Delegado do Brasil na Conferência da UNESCO em Paris, em 1946, e no mesmo ano representante do Brasil na comissão preparatória da UNESCO em Londres; e chefe da Delegação Brasileira na reunião internacional realizada no Amazonas em 1947.

Finalmente, é nomeado Delegado permanente do Brasil junto à UNESCO, posição que ocupa de 1946 a 1965, quando foi aposentado como embaixador.

A sua obra como humanista está refletida em suas atividades promovendo a salvaguarda do patrimônio de monumentos históricos da Núbia, bem como sua participação na publicação da *História da Humanidade*. Estas e outras iniciativas refletem o ideal do socialismo comtista, o progresso a ser obtido não pela violência, mas pela compreensão.

Não poderia encerrar esta breve apreciação sobre a carreira científica de Paulo Carneiro sem tecer algumas considerações sobre o significado de sua contribuição à ciência.

Nos tempos atuais, há uma tendência em avaliar a contribuição científica pela simples citação de números. Publicou x trabalhos ou participou de y congressos. Mais recentemente vemos ser adotado uma referência ao número de vezes em que um determinado trabalho científico é citado por seus pares. Essas tentativas de quantifica-

ção do mérito dão apenas uma pálida idéia do real significado de uma obra e sua contribuição para o cabedal do conhecimento científico. Da mesma forma que o número de discos vendidos e a tiragem de um livro não refletem o mérito da obra, assim se dá com o exercício quantitativo no reconhecimento do mérito científico. Em ambos os casos, somente sua capacidade de sobreviver à passagem dos anos irá demonstrar seu verdadeiro valor.

O isolamento dos princípios ativos do curare e a determinação de sua composição química, levados a termo por Paulo, permitiram ao cientista britânico Harold King, do National Institute for Medical Research, em Mill Hill, Hampstead, determinar a fórmula estrutural do princípio ativo do curare. A estrutura tridimensional da molécula permitiu a Lestrangle e Bovet sintetizar o tri-iodo etilato de galamina, o primeiro curare de síntese, o que tornou possível seu emprego terapêutico graças à possibilidade de controle preciso de sua dosagem. A introdução de marcadores radioativos nessa molécula permitiu o seu acompanhamento no metabolismo corpóreo.

Era assim obtida uma nova e poderosa arma, que, promovendo o relaxamento dos músculos, permitia a manutenção de níveis anestésicos mais superficiais durante as intervenções cirúrgicas, sobretudo durante as operações ortopédicas.

Temos aí um bom exemplo de como um problema abordado como tema de *pesquisa pura* veio em pouco tempo encontrar uma aplicação prática da maior relevância.

Em seus últimos trabalhos, apresentados como notas nos *Comptes Rendues à l'Académie des Sciences* e nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vemos Paulo Carneiro apresentar suas idéias como ação do curare promoveria a paralisia.

Os resultados por ele obtidos entram em conflito com a interpretação proposta por Louis Lapique, que atribuía a alterações do valor da *chronaxia* o efeito paralisante.

Este termo foi criado e introduzido na literatura científica por Louis Lapique, fisiologista francês que ocupava a prestigiosa cátedra de Fisiologia na Sorbonne, herdeiro da posição de maior prestígio previamente ocupada pelo criador da Fisiologia, Claude Bernard.

Estudando a excitabilidade dos tecidos por meio da corrente elétrica, observou que o limiar de excitação era função da duração do estímulo. Propôs ele que a intensidade de um estímulo, com um valor correspondente ao dobro do limiar para estímulos de duração infinita (que ele denominava *rheobase*), seria uma caracterização da excitabilidade de um dado tecido. A esse valor propôs denominar *Chronaxia*. Segundo Lapique, esse valor seria característico para cada tecido e indicaria sua excitabilidade.

Essa grandeza física permitia um estudo mais aprofundado do problema da excitabilidade, e a introdução de um uma grandeza numérica permitiria uma abordagem teórica e a formulação de modelos matemáticos para sua elucidação.

Isto foi feito por vários cientistas, entre eles Miguel Osório de Almeida, que foi membro de nossas Academias. O apreço de Miguel Osório pelo casal Lapique reflete-se no fato de tê-los convidado como colaboradores visitantes do novo Departamento de Fisiologia do Instituto Oswaldo Cruz, então dirigido por Carlos Chagas. Louis e Marcelle aceitaram o convite e lá permaneceram por vários meses.

O prestígio de Lapique era enorme e sua personalidade aliava grande simpatia pessoal a uma sólida cultura humanística. O casal Lapique, ambos elegantes, simpáticos e fluentes em várias idiomas, gozava de grande prestígio internacional.

Seus trabalhos, com freqüência em associação com sua esposa Marcelle, eram fonte de inspiração para o grupo de jovens fisiologistas que se iniciavam na carreira. Na fisiologia francesa, eram a escolha sistemática dos candidatos ao Doutorado da Sorbonne, que não ousavam abordar temas que não fossem dedicados a explorar tópi-

cos relacionados com o estudo da *chronaxia* ou suas aplicações na clínica médica.

Esta situação perdurou por vários anos, até que um fisiologista inglês, Rushton, demonstrou que a determinação da *chronaxia* era sujeita a vários erros experimentais, e que as conclusões baseadas em suas aplicações eram totalmente errôneas. Dentre estas estava incluída a explicação que o efeito do curare seria devido à alteração dos valores da *chronaxia* dos nervos e músculos por eles controlados, eliminando o que Lapique denominava *homocronismo* entre as *chronaxias* envolvidas.

Lapique simplesmente ignorava, não rebatia ou não dava maior atenção a críticas vindas do exterior.

Na reunião da Société de Chimie Biologique de 21 de fevereiro de 1939, Paulo Carneiro apresenta uma comunicação intitulada “Curarisation et Chronaxie”, na qual apresenta fortes argumentos contrários às idéias defendidas por Lapique.

A situação é agora diversa, a contestação é apresentada no cerne de seu território, a Academia de Ciências, em reunião da qual participam os expoentes da área.

A comunicação é feita tendo como apresentador o Prof. Portier e com a chancela do Laboratoire de Chimie Biologique de l’Institut Pasteur. O estudo conta com a participação de destacados membros do Instituto, os quais colaboram em experiências que visam replicar achados relatados por Lapique.

No texto dessa comunicação não encontramos qualquer ataque de natureza pessoal ao defensor da *chronaxia* e do *isocronismo*, porém o texto termina com uma citação do grande Claude Bernard que afirmava: “Si l’on perd les phénomènes de vue pour s’attacher aux mots, on est bien vite en dehors de la réalité.”

Terminada a apresentação Lapique solicita que a comunicação não seja publicada. Essa solicitação, contrária às tradições científi-

cas, não foi aceita pela Presidência da Academia, sendo assegurada sua inclusão em seus *Anais*.

Tendo sido negada sua solicitação, Lapique limita-se a adicionar uma série de “Observations ” que são publicadas como *adendum*. As objeções levantadas são integralmente rebatidas por Paulo Carneiro, que encerra sua réplica afirmando, “son étude m’a permis d’établir contredisant, d’une façon formelle, le principe de l’isochronisme, et les notions acquises sur la curarisation et le concept classique de la transmission de l’influx nerveux”.

O conceito da liberação nos terminais nervosos de substâncias químicas, tais como a acetil-colina e adrenalina, inicialmente evidenciadas no sistema nervoso autônomo por Loewi e Dale, veio mais tarde a ser confirmada na transmissão neuromuscular.

O tempo e a evolução científica vieram confirmar serem a *chronaxia* e o *isochronismo* conceitos falhos, porém a determinação da estrutura dos curares efetuada por Paulo Carneiro é uma contribuição ao conhecimento que perdura.

A confrontação com Louis Lapique coincide com o encerramento de sua atividade científica. No entanto, vemos na década de cinquenta a publicação de duas notas, em italiano, nas quais seu nome aparece como colaborador, associado a discípulos de seu caro amigo e colaborador no Institut Pasteur, G.B. Marini-Bettolo, agora já laborando no Istituto Superiori di Sanità em Roma.

Essa instituição já se encontrava sobre a direção de seu companheiro no Pasteur, Daniel Bovet, que recebeu em 1957 o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, em reconhecimento a sua contribuição ao desenvolvimento de importantes quimioterápicos, como o *pyrilamine*, o primeiro anti-histamínico e dos derivados da *gallamina* como a *succinylcholina*, a primeira substância curarizante de emprego clínico.

Encerrado de forma brilhante este aspecto de sua carreira, vemos nos anos seguintes Paulo Carneiro dar prosseguimento a sua obra humanística, tanto na UNESCO quanto desenvolvendo seu culto à memória de Comte.

De sua produção literária neste setor não me sinto qualificado a apresentar qualquer comentário, e certamente será assunto de futuras conferências desta série, proferidas por confrades plenamente capacitados para tal.

Nada conheço de sua obra literária, porém foi com enorme prazer que consultei seus trabalhos científicos, escritos no mais puro francês, todos de grande clareza e objetividade e elegância.

Na literatura científica a beleza da forma jamais deve tomar precedência sobre a precisão e a clareza. Os cientistas franceses de longa data adquiriram uma reputação ímpar no relato de fatos científicos.

Freqüentemente são citadas como exemplo de elegância e precisão as publicações de Pierre Flourens, que ocupou, como Claude Bernard, o fundador da Medicina Experimental, a cátedra de Fisiologia da Sorbonne.

Consta que em certa ocasião Flourens foi convidado, à última hora, a apresentar uma comunicação científica. Teria ele então inquirido de quanto tempo dispunha para apresentar os resultados e, ao ser informado que tinha a disponibilidade de uma hora, imediatamente aceitou o encargo. Porém adicionou, “se fossem quinze minutos iria requerer pelo menos um mês de antecedência” ...

O meu mestre em Paris, Professeur Alfred Fessard, exímio redator de textos científicos, citava um aforismo de autoria de Flourens: “Il y a un secret pour être clair, c’est de être bref.”

O talento literário de Paulo Carneiro foi reconhecido por seus pares. Seu companheiro no Pasteur e professor do Collège de France, Jean Pierre Duclaux, comentando seu livro *Vers un nouvelle huma-*

nisme, afirmou ser redigido em um francês que faria inveja a muitos de seus compatriotas. Referências igualmente laudatórias a esse livro são feitas por Étienne Gilson, filósofo humanista, membro da Académie de France.

Ao finalizar esta breve apreciação sobre a atividade científica do Dr. Paulo Carneiro, agradeço a oportunidade proporcionada pela Academia Brasileira de Letras, que levou-me a um melhor conhecimento deste destacado cientista e humanista.

Encerro repetindo as palavras proferidas pelo Acadêmico Ivan Lins na ocasião da admissão do Dr. Paulo Carneiro a esta Casa:

“Eu sabia ser muito grande o vosso valor, mas ao estudar-vos de perto, vejo serdes ainda maior do que eu supunha.”

~ Bibliografia científica

Sur l’existence et sur la Répartition de la Caféine dans le Guaraná
(*Paullinea cupana* H.B. et K.)
Ann. Inst. Pasteur, 1931, 48 : 476.

Le Guaraná et *Paullinea cupana* H.B. et K.
Thèse de Doctorat, Faculté des Sciences de Paris, 1931.

Sur l’existence et sur la Répartition de la Caféine et de la Théobromine dans les organes du Guaraná (*Paullinea cupana* H.B. et K.)
Annales de l’Institut Pasteur, 1932, 49 : 381-386, Paris.

Les principes actifs du curare
C.R. Ac. Sc., 1938, 206 : 1202-1204, Paris.

Curarisation et chronaxie

C.R. Ac. Sc., 1939, 208 : 382-385, Paris.

Strichnoléthaline, curare et curarization

C.R. Ac. Sc., 1939, 208 : 1249, Paris.

Curarization et chronaxie

Bull. Soc. Chim. Biol., 1939, 21 : 389-399, Paris.

Les principes actifs du curare

Bull. Soc. Chim. Biol., 1939, 21 : 2282, Paris.

Les principes actifs du curare

C.R. Ac. Sc., 1939, 21 : 282-293, Paris.

Les principes actifs du curare

Ann. Acad. Brasil Ci., 1939, XI n° 2 : 81-103, Rio de Janeiro.

O curare: veneno das flechas da Amazônia

Academia de Ciências de Lisboa. Lisboa, 1945.

P. de Berredo Carneiro, G.C. Cassinovi

Ricerche sugli alcaloidi curarizzanti delle *Strychnos* del Brasile

Extrato della *Gazzetta Chimica Italiana*, 1956 : 86, Roma.

G.B. Marini, P. de Berredo Carneiro, G.C. Cassinovi

Gli alkaloidici della *S.solimoesanna* Kruk

Extrato dai *Rendiconti dell'Istituto Superiore di Sanità*, 1957, vol. XX,

Roma.

~ Agradecimentos

Aos colegas da Academia Brasileira de Ciências, Carlos Eduardo da Rocha Miranda, Diógenes de Almeida Campos e Paulo de Góes Filho, pelo apoio e incentivo.

Ao amigos Francisco de Paula Storino e Cristovam Picanço Diniz, ex-reitor da Universidade Federal do Pará, cultores da língua portuguesa, pelo aprimoramento do texto.

Raquel Barbosa Velloso, pelo trabalho de compilação bibliográfica.